



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 008-A

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE MARÇO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS

Presidente - PFL

ANTONIO ANIBELLI

1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS

3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI

1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN

2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI

3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI

4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Cláudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Luiz Nishimori
PFL	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Cláudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Mohamad Ali - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Professor Luizão - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **PFL** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

**Diário republicado por ter saído com incorreções na publicação original
(ausência do Projeto de Lei nº 093/07)**

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 008-A

7ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 06

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 13

Dep. Jocelito Canto 14

Dep. Cleiton Kielse 15

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 16

Liderança do Governo

Dep. Luiz Cláudio Romanelli 18

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 18

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 18

Discussão / Votação:

1ª Discussão 19

Discussão Única (Proposições).. 26

Requerimentos 31

Explicações Pessoais:

Jocelito Canto 36

Professor Luizão 37

Encerramento da Sessão 37

Publicações Administrativas 38

DIÁRIO Nº 008-A

7ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Chico Noroeste e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademmar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Mohamad Ali, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados Geraldo Cartário e Pedro Ivo (02).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Fábio Camargo e Ribas Carli Filho (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

OFÍCIO S/N

Curitiba, 07 de março de 2007.

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, solicita que seja justificado o não comparecimento à Sessão do dia 08 de março de 2007.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a ausência devido a compromisso inadiável do Partido Progressista no Município de Matinhos.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 004/07

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições e em especial:

1) o contido no artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal, e do artigo 21, da Constituição Estadual indica a criação da Região Metropolitana de Pato Branco, constituída pelos Municípios integrantes da ACAMSOP-14: Pato Branco, Bom Sucesso do Sul, Itapejara d'Oeste, São João, Sulina, Saudade do Iguaçu, Chopinzinho, Mangueirinha, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Palmas, Clevelândia, Mariópolis e Vitorino.

2) Que na mensagem governamental contenha a criação de dois conselhos: um consultivo e outro deliberativo.

3) Que o Conselho Deliberativo seja integrado por 5 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, 03 (três) nomeados pelo Sr. Governador do Estado, um deles nomeado da lista triplíce oriunda dos

Municípios que integram a Região Metropolitana e o outro, que seja indicado, obedecido o critério citado, pelo Município de Pato Branco.

4) Que o texto expresse ainda a capacidade de elaborar convênios, consórcios entre os Municípios e com outros Municípios paranaenses.

5) Que ainda a composição do Conselho Consultivo seja composto por um integrante da cada Município da Região Metropolitana.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Sr. Governador, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

A Região Sudoeste do Paraná possui uma característica peculiar. O forte de sua economia é a agricultura, hoje com a grande contribuição da avicultura de integração, que torna a região uma grande produtora de alimentos e inclusive exportadora de carne de frango.

Nesta Região Metropolitana proposta, Pato Branco tem uma responsabilidade maior com os demais, podendo, a partir de sua riqueza, conhecimento e potencial, irradiar o crescimento dos demais Municípios. Pela capacidade de sua gente, a qualificação, este Município pólo pode se tornar uma âncora positiva no desenvolvimento regional.

A construção de alternativas de crescimento integrado, a formatação de um plano a partir da experiência existente, que na iniciativa privada e até mesmo nos órgãos públicos da região, podem e devem alargar os espaços verticalmente, no estreito, porém rico Sudoeste.

São várias as possibilidades de se dar as mãos, na busca de maior e melhor qualidade de vida do povo sudoestino, que esta Região Metropolitana poderá provocar. Segurança, saúde, transporte, turismo, são alguns dos termos que um plano diretor ampliado pode fomentar na região.

INDICAÇÃO Nº 005/07

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições e em especial:

1) o contido no artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal, e do artigo 21, da Constituição Estadual indica a criação da Região Metropolitana de Francisco Beltrão, constituída pelos Municípios integrantes da ACAMSOP-13: Francisco Beltrão, Marmeleiro, Renascença, Flor da Serra do Sul, Barracão, Santo Antonio do Sudoeste, Pranchita, Pinhal do São Bento, Bom Jesus do Sul, Salgado Filho, Manfrinópolis, Ampére, Bela Vista da Caroba, Pérola d'Oeste, Planalto, Capanema, Realeza, Santa Izabel d'Oeste, Enéas Marques, Nova Esperança do Sudoeste, Salto do Lontra, Nova Prata do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, São Jorge d'Oeste e Verê.

2) Que na mensagem governamental contenha a criação de dois conselhos: um consultivo e outro deliberativo.

3) Que o Conselho Deliberativo seja integrado por 5 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, 03 (três) nomeados pelo Sr. Governador do Estado, um deles nomeado da lista tríplice oriunda dos Municípios que integram a Região Metropolitana e o outro, que seja indicado obedecido o critério citado, pelo Município de Francisco Beltrão.

4) Que o texto expresse ainda a capacidade de elaborar convênios, consórcios entre os Municípios e com outros Municípios paranaenses.

5) Que ainda a composição do Conselho Consultivo seja composto por um integrante de cada Município da Região Metropolitana.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Sr. Governador, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

A Região Sudoeste do Paraná possui uma característica peculiar. O forte de sua economia é a agricultura, hoje com a grande contribuição da avicultura de integração, que torna a região uma grande produtora de alimentos e inclusive exportadora de carne de frango.

Nesta Região Metropolitana proposta, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, menor escala, são dois suportes e propulsores do crescimento. Exatamente por esta razão que Francisco Beltrão tem uma responsabilidade maior com os demais, podendo, a partir de sua riqueza, conhecimento e potencial, irradiar o crescimento dos demais Municípios. Pela capacidade de sua gente, a qualificação, este Município pólo pode se tornar uma âncora positiva no desenvolvimento regional.

A construção de alternativas de crescimento integrado, a formatação de um plano a partir da experiência existente, que na iniciativa privada e até mesmo nos órgãos públicos da região, podem e devem alargar os espaços verticalmente, no estreito, porém rico Sudoeste.

São várias as possibilidades de se dar as mãos, na busca de maior e melhor qualidade de vida do povo sudoestino, que esta Região Metropolitana poderá provocar. Segurança, saúde, transporte, turismo, são alguns dos termos que um plano diretor ampliado pode fomentar na região.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Os Deputados abaixo assinados comunicam que em reunião realizada no dia de ontem, foram indicados para liderar a Bancada de Oposição nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(aa) VALDIR ROSSONI - Líder da Oposição

ELIO RUSCH - Vice Líder da Oposição

EDGAR BUENO - Vice Líder da Oposição

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 252

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Viaceli Dela Beta, ocorrido em 05 de março do corrente ano, no Município de Três Barras do Paraná.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada através de seu filho, o Sr. Darci Viaceli Dela Beta, enviando correspondência à Av. São Paulo, nº 366, CEP 85485-000, Três Barras do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Um texto bíblico milenar nos ensina que há tempo de nascer, tempo de viver e tempo de morrer. Por vontade de Deus, encerrou-se neste mês o tempo de convívio de seu Pedro Viaceli Dela Beta neste mundo. Fica o conforto da lembrança a todos que puderam desfrutar de sua companhia durante os 87 anos que permaneceu entre os que amava. Foi filho honrado, marido dedicado e pai zeloso. Como agricultor, trabalhou honestamente e semeou muitos amigos no campo e na Cidade. Por seus méritos, colheu o companheirismo e o respeito daqueles que o cercaram. A saudade que deixa demonstra seu exemplo de dignidade e caráter firme.

Que Deus receba sua alma e conforte o coração daqueles que sofrem sua ausência. Que unidos na fé, seus familiares possam mirar-se em seu legado de simplicidade e amor.

REQUERIMENTO Nº 276

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito de Pitanga, Exmo. Sr. Alexandre Carlos Buchmann, bem como à Coordenadora Especial da Mulher e Vice-Prefeita do Município, Exma. Sra. Nara Dequêch Teigão, enviando aos mesmos voto de congratulações em razão do trabalho de atendimento integral à mulher oferecido através da referida Coordenação.

Há dois anos a Prefeitura implantou o Programa Mulher Melhor que vem proporcionando melhor qualidade de vida às mulheres daquela comunidade, a exemplo da instalação do Ambulatório da Mulher, promoção de cursos de qualificação de mão-de-obra, criação da Coordenação Especial da Mulher, do Conselho Municipal da Mulher e a realização dos XV e XVI Encontro de Mulheres.

Nesta semana, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher, esta Casa de Leis enaltece políticas públicas efetivas, que realmente representem mudanças

na vida da comunidade, oferecendo cidadania.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 254

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações, ao restaurante Kabab-ji.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao restaurante Kabab-ji, a mais nova casa de cozinha árabe de Curitiba, localizado na Rua Gutemberg, 44.

REQUERIMENTO Nº 255

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Colégio Nossa Senhora Medianeira, pelos cinquenta anos de fundação.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao tradicional Colégio Nossa Senhora Medianeira pelos cinquenta anos de fundação, tendo como gestor Padre Raimundo Kroth.

REQUERIMENTO Nº 257

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Frederico Augusto Cecatto Kaefer.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Frederico Augusto Cecatto Kaefer, por ocasião da conclusão do curso de Administração de Empresas, e sua extraordinária gestão à frente das empresas do Grupo Diplomata.

REQUERIMENTO Nº 256

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER as providências para que sejam realizados serviços de manutenção e conservação de infra-estrutura urbana no Jardim Fênix, em Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz em atendimento a pedido dos moradores, pois os lotes estão regularizados, porém a falta de asfalto, galerias fluviais e outras obras, são absolutamente necessárias há mais de 23 anos.

REQUERIMENTO Nº 261

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja endereçado expediente ao Exmo. Sr. Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, solicitando que seja apressada a votação do Projeto de Lei nº 318/05, que trata da concessão de aposentadoria para as donas de casa do Brasil.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 262

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando, com a máxima urgência, providências desta Secretaria em relação a construção do refeitório, construção do auditório e reparos no laboratório de informática do Colégio Estadual Vespasiano Carneiro Mello, no Município de Castro, conforme Protocolos nº 9046457 e 9387067.

Requer ainda, que seja dado ciência à Professora Márcia de Souza Ribeiro, Diretora do Colégio, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Dom Pedro II, 1360 - CEP 84.165-020 - Castro/PR.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 253

Senhor Presidente:

1) Qual o número de peritos criminais que estão atuando hoje no Estado do Paraná?

2) Qual o investimento direto feito na Polícia Científica e em que consiste?

3) Nas 09 (nove) Seções Técnicas no interior do Paraná, qual o número de servidores lotados e quais suas respectivas funções?

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tais informações se fazem necessárias ante graves denúncias de que a Polícia Científica do Paraná encontrasse em situação calamitosa, com falta de investimentos em pessoal e infra-estrutura.

Como entendemos que a atuação da Polícia Científica é de absoluta e fundamental importância, necessitamos destes esclarecimentos básicos.

REQUERIMENTO Nº 260

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado pedido de informação ao Governador do Estado do Paraná, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, Presidente do Tribunal de

Justiça do Estado, Presidente do Tribunal de Contas do Estado e ao PARANAPREVIDENCIA, solicitando informações, no prazo constitucional, sobre quais são os servidores, ativos e inativos do Estado do Paraná, que percebem salários e vantagens, somados, superiores a remuneração recebida pelo Governador do Estado, aos R\$ 24.000,00 mensais dos cofres públicos do nosso Estado, informando, também, seus respectivos nomes e funções. Quando se tratar de pensionista, revelar quem é titular do benefício.

O presente pedido é formulado aproveitando as recentes notícias sobre o salário do Sr. Governador Roberto Requião e que tiveram grande espaço na mídia. Considerando que a população tem o direito de ser informada sobre os gastos com os salários da administração pública, revelando-se a lista com os nomes de quem recebe altos salários, estará se dando ao povo paranaense a oportunidade de avaliar e julgar se esses servidores estão fazendo jus ao que recebem mensalmente. Isto é, se eles dão a contrapartida aos contribuintes, principalmente os que ainda estão na ativa.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 267

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja endereçado ao Prefeito do Município de Matinhos-PR, Sr. Francisco Carli dos Santos, informações sobre a atual situação da Vila Nova Caiobá-PR.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 268

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja endereçado ao Sr. Diretor Presidente da SUDERHSA - Rua Santo Antonio, 239 - Rebouças - Curitiba-PR, informações a respeito da área Vila Nova Caiobá, Município de Matinhos-PR, se está situada em área de preservação ambiental.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 278

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL, Virgílio Moreira Filho, solicitando documentos e informações relativos a venda de áreas de florestas por intermédio da Paraná Ambiental, tendo em vista comentários proferidos pelo Sr. Governador do Estado logo após sua posse no ano de 2003 e

divulgados pela imprensa, dando conta de indícios de irregularidades.

Disse o Governador que mandou fazer uma auditoria nos contratos e que tal auditoria resultou na assinatura de aditivos de pagamentos que beneficiaram o erário. Cabe aqui informar que em data de 03 de março de 2005 foi aprovado por esta Casa de Leis e encaminhado ao Poder Executivo, Requerimento de nº 012/05, protocolado sob o nº 8444190-2, solicitando cópias das referidas auditorias, quer talvez por lapso do Presidente da Paraná Ambiental não foi respondido.

Diante do exposto, solicitamos cópias dos seguintes documentos e informações:

- 1) cópias das auditorias das empresas Águia Florestal S/A, Conguasul, Contemplac e Sudati & Guararapes;
- 2) aditivos realizados nos contratos das empresas citadas acima;
- 3) qual a atual situação desses aditivos, se foram ou não pagos.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 082/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam isentos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, os automóveis de passageiros, com até 127 hp de potência bruta, quando adquiridos por:

I - pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por seu representante legal.

§ 1º Para a concessão do benefício previsto no artigo 1º é considerada também pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldade para o desempenho de funções.

§ 2º Para a concessão do benefício previsto no artigo 1º é considerada pessoa portadora de deficiência visual aquela que apresenta acuidade visual igual ou menor que 20/200 (tabela de Snellen) no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º, ou ocorrência simultânea de ambas as situações.

§ 3º Na hipótese do inciso I, os automóveis de passageiros a que se refere o *caput* serão adquiridos direta-

mente pelas pessoas que tenham plena capacidade jurídica e no caso dos interditos, pelos curadores.

§ 4º Os conceitos de pessoas portadoras de deficiência severa ou profunda, ou autista, serão definidos conforme estabelece o parágrafo 4º do artigo 1º da Lei Federal nº 10.690, de 16 de junho de 2003.

Art. 2º A isenção de que trata o artigo 1º dar-se-á desde que:

I - o benefício seja previamente reconhecido pelo Delegado Regional da Receita, mediante requerimento do adquirente;

II - o adquirente possua laudo de perícia médica, fornecido pelo Departamento de Trânsito do Estado - DETRAN, do Município onde residir em caráter permanente, que especifique o tipo de deficiência.

Art. 3º A isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, de que trata o artigo 1º, somente poderá ser utilizada uma vez, ressalvados os casos excepcionais em que ocorra a destruição completa do veículo ou o seu desaparecimento, ou se o veículo tenha sido adquirido há mais de três anos.

Parágrafo Único. Não se exigirá o estorno do crédito fiscal nas saídas das mercadorias beneficiadas com a isenção prevista no artigo 3º.

Art. 4º O adquirente do veículo deverá recolher o imposto com atualização monetária e acréscimos legais, a contar da data da aquisição, na hipótese de:

I - transmiti-lo, a qualquer título, dentro do prazo de três anos da data da aquisição, a pessoa que não faça jus ao mesmo tratamento fiscal;

II - empregar o veículo em finalidade que não seja a que justificou a isenção.

Art. 5º O estabelecimento que efetuar a operação isenta deverá indicar no documento fiscal correspondente o número de inscrição do adquirente no CPF e entregar, à repartição fiscal a que estiver vinculada, até o 15º dia útil, contado da data da operação, cópia da 1ª via do respectivo documento fiscal.

Art. 6º O Poder Executivo Estadual regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A medida em questão visa a exigüidade do disposto no inciso XIV, do artigo 24 da Constituição Federal, que cita que cabe ao Estado legislar concorrentemente sobre a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências.

A sociedade brasileira, e em especial a paranaense, há muito precisa dar maior relevância à questão da deficiência. Os portadores de deficiência já carregam o estigma do preconceito e da incompreensão. Proporcionar a eles uma melhor qualidade de vida é um imperativo social.

Assim sendo, esperamos o apoio para aprovação do presente projeto, que vem em prol de melhorar a vida daqueles que tão corajosamente a levam, apesar de toda a dificuldade imposta pela deficiência.

PROJETO DE LEI Nº 083/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o tratamento tributário diferenciado para os estabelecimentos industriais dos setores têxteis, cuja sede esteja estabelecida no Estado do Paraná, conforme as condições estabelecidas na presente lei.

Art. 2º O estabelecimento industrial enquadrado nos setores de atividades de que trata o artigo 1º desta lei, poderá recolher o Imposto sobre operações relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual ou Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, equivalente a 2% (dois por cento) sobre o faturamento realizado no mês de referência.

Parágrafo Único. A utilização da sistemática de apuração a que se refere este artigo veda o aproveitamento de qualquer crédito do ICMS.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da regulamentação por parte do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O setor têxtil nacional é composto por inúmeras empresas que geram milhares de empregos. No Paraná, o segmento tem contribuído demasiadamente para o desenvolvimento econômico e social, gerando direta e indiretamente muitos empregos.

Com a guerra fiscal desencadeada entre os Estados, alguns deles têm oferecido benefícios a empresários paranaenses do setor para neles se estabelecerem ou pelo menos abrirem uma filial. É o caso do Rio de Janeiro, por exemplo. A Lei 4.542/05 é literalmente direcionada para atração e manutenção de investimentos através da redução de custos, com a redução de ICMS; bem como do Estado de Minas Gerais que tem oferecido legislação e outros benefícios para atrair o empresariado.

É salutar para o Estado do Paraná a aprovação desta lei, visando não só a manutenção e ampliação de investimentos do segmento, como também a preservação de milhares de empregos e da própria economia paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 084/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica obrigado o uso de lacres higiênicos na parte de fora das latas que contêm bebidas de toda espécie, oferecidas ao consumo da população.

Parágrafo Único. O não cumprimento do *caput* deste artigo, por parte das empresas, acarretará em multa no valor de 10.000 UFIRs, bem como o recolhimento das latas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 14.525 de 05 de novembro de 2004 tem por objetivo proteger a saúde dos consumidores de bebidas enlatadas e engarrafadas. Porém, verificou-se que o quê de fato oferece grandes riscos de contaminação, tanto por leptospirose quanto por outras doenças, são as latas de bebidas, devido ao seu formato que pode provocar o acúmulo de água e outros líquidos contaminados, quando armazenadas de forma inadequada.

Já as garrafas, por não terem formato passível de acúmulo desses líquidos e por possuírem tampas abauladas que lacram a bebida logo em seguida ao envasamento, dificultam assim a contaminação. Dessa forma, injusto seria manter a exigência do lacre de segurança extra no que se refere às garrafas de bebidas, razão pela qual propõe-se excluir o termo “garrafas” do texto legal.

Face ao exposto, pedimos o apoio dos nobres Deputados desta Casa à nossa proposição.

PROJETO DE LEI Nº 085/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de Marcelo Augusto Barbur o Hospital Regional de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(aa) JOCELITO CANTO, MARCELO RANGEL,
PÉRICLES DE MELLO e PLAUTO MIRÓ.

JUSTIFICATIVA:

O engenheiro civil Marcelo Barbur nasceu em Ponta Grossa em 07 de agosto de 1961. Conhecido por sua inteligência, fez vários cursos sobre Shopping Center na Universidade de São Paulo - USP, bem como em diferentes Instituições do Paraná nas mais diversas áreas técnicas e tecnológicas de gerenciamento e planejamento,

inovações em fundações da construção civil, gestão de resíduos, entre outros.

Sempre muito envolvido com a comunidade e sensibilizado pelos problemas sociais, procurou ajudar de forma inteligente e silenciosa a todos que podia, buscando alternativas válidas e valiosas. Por esse motivo foi chamado a assumir a Secretaria de Planejamento do Município de Ponta Grossa em janeiro de 1993, ocupando esse cargo até fevereiro de 1994, quando retornou às atividades de construtor.

Foi membro do Conselho Deliberativo da Coordenadoria Regional da Federação das Indústrias do Paraná - FIEP; membro da Associação dos Dirigentes das Empresas do Mercado Imobiliário do Paraná - ADEMI; Conselheiro do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Paraná - CDESPONTA e participou do Fórum 10 PARANÁ no ano de 2005. Foi Delegado Regional do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Paraná - SINDUSCON-PR e responsável pela pesquisa de preços para construção civil para elaboração do CUB-PR (Custo Básico de Construção) no Município de Ponta Grossa.

O engenheiro Marcelo Barbur era um visionário que amava sua cidade e aspirava poder vê-la projetada em âmbito nacional pelo seu progresso tecnológico industrial, pois entendia que só com educação e trabalho dignos seria possível alcançar o desenvolvimento humano tão sonhado por todos.

PROJETO DE LEI Nº 086/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Todos os funcionários de empresas de administração pública e privada, no âmbito do Estado do Paraná, deverão ter em cédula de identificação funcional (crachá), a especificação do seu tipo sanguíneo.

Art. 2º A especificação de que trata o artigo anterior, deverá ser afixada após a epígrafe do nome do(a) funcionário(a).

Art. 3º Para a viabilização da medida disposta no artigo 1º deste dispositivo legal, as empresas terão noventa dias para implementá-la, contados a partir de sua sanção e publicação.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa tem por escopo resguardar a vida dos trabalhadores, quando houver necessidade de uma transfusão sanguínea.

Os acidentes de trabalho ocorrem, às vezes inevitavelmente, e ao prestar-se socorro à vítima, o conhecimento do seu tipo sanguíneo é imprescindível.

Mesmo no trânsito, na ocorrência de um infortúnio, com o crachá na carteira da pessoa acidentada, pode-se celerizar a transfusão sanguínea, quando for o caso, salvando uma vida.

Desse modo, o apoio advindo dos nobres colegas desta Casa de Leis é primordial para a aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 087/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica obrigatória a divulgação da frase: “Se beber, não dirija” em todos os cardápios, panfletos e propagandas de bares, restaurantes e casas de eventos situados no Estado do Paraná.

Art. 2º Deve a frase ser impressa em local visível e de destaque, proporcional à metade do tamanho da maior fonte de letra utilizada no texto, sendo também utilizada cor diferenciada para a letra.

Art. 3º O não cumprimento das exigências desta lei implicará ao infrator a imposição de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), cobrada em dobro em caso de reincidência.

Art. 4º O Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias, em especial no tocante aos aspectos procedimentais e de formalização.

Art. 5º As despesas decorrentes da implantação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementares se necessário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O País enfrenta franca campanha nos meios de comunicação sobre a questão da bebida alcoólica e o uso da direção, mas ainda assim não foi possível alcançar índices satisfatórios.

Em Estados como o Paraná, com grande atração turística e vida noturna intensificada, o número de pessoas que saem às noites é cada vez mais constituída de jovens, que tantas vezes vem sofrendo acidentes de trânsito, com desastrosas consequências. A estimativa mostra

que a maioria dos acidentes ocorre entre jovens do sexo masculino em idade entre 18 e 25 anos, em horário noturno.

Desta forma, quanto mais presente for a divulgação nos meios de divulgação nos meios de divulgação, sem dúvida, mais eficaz a obtenção de resultados.

PROJETO DE LEI Nº 088/07

Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam as escolas da rede pública estadual obrigada a fazer exibição de vídeo educativo sobre doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e AIDS.

Art. 2º O vídeo educativo sobre doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e AIDS, a que se refere o *caput* do artigo 1º, poderá ser qualquer tipo de vídeo, desde que o mesmo contenha informações claras e objetivas sobre as doenças citadas, como são adquiridas, suas consequências e formas de prevenção.

Art. 3º A exibição do vídeo educativo sobre doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e AIDS, será feita em dia, local, hora e por funcionários a serem designados pelo(a) Diretor(a) da escola.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado de Educação, suplementadas, se necessário.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei, por ato próprio.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Em pleno terceiro milênio, o velho e conhecido tema das doenças sexualmente transmissíveis, volta à discussão. É cada vez mais urgente a participação da sociedade e das autoridades na prevenção dessas doenças, auxiliando no repasse de informações que ajudem na mudança de comportamento da população, principalmente os jovens. Além da contaminação pelas DSTs, a gravidez precoce também deve ser alvo da preocupação de todos nós.

Antigamente as DSTs eram conhecidas pelo nome popular de doenças venéreas, isto é, doenças de Vênus. Apesar do nome genérico romântico, essas doenças matavam e ainda continuam matando. Atualmente, com a liberalização do comportamento sexual das pessoas, as DSTs voltaram a assolar a sociedade brasileira.

Segundo a Coordenação Nacional de DST do Ministério da Saúde (MS), como as DSTs indicam, na maioria dos casos, um comportamento sexual de risco, há também uma grande propensão de que a pessoa possa estar contaminada pelo vírus HIV. As DSTs são transmitidas por meio de relações sexuais anais, vaginais e orais. A pessoa infectada só se dá conta do contágio muito depois, porque os sintomas ou sinais demoram a aparecer.

Diante dessa realidade e de acordo com a Associação Brasileira Interdisciplinar de *Aids* e o Centro de Estudos em Sexualidade e Reprodução Humana, segundo a qual o trabalho de orientação sexual no País ainda é incipiente, é que estamos propondo o projeto de lei que “torna obrigatório a exibição de vídeo educativo sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e AIDS, nas escolas da rede estadual”.

PROJETO DE LEI Nº 089/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido que nos carnês, boletos bancários e demais documentos de cobrança, emitidos por qualquer empresa e entregues através de via postal ou qualquer outro serviço de entrega de correspondência e encomendas, venha a constar o número de Cadastro de Pessoa Física - CPF do destinatário.

Parágrafo Único. A proibição constante no *caput* deste artigo é válida no âmbito do território do Estado do Paraná.

Art. 2º O Poder Executivo tomará as providências necessárias para a regulamentação e cumprimento desta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o alto volume de violência a que ficam expostos os nossos jovens e adolescentes que moram em condições de baixa renda, muitas das vezes cooptada pelo crime que lhes oferecem altas quantias, quando seus responsáveis não conseguem sequer colocar comida em suas mesas, entendemos que a criação de cursos profissionalizantes nestas comunidades carentes em muito irá tirar esses menores das garras do crime, dando-lhes oportunidades futuras mais promissoras.

Assim, rogo aos meus ilustres Pares desta Assembléia Legislativa que aprovem este projeto de lei que autoriza o Governo do Estado a implantar, mesmo em parceria com organismos próprios, não somente cursos profissionalizantes para atendimento de todas as faixas etárias, como também cursos outros que possam dar um futuro mais promissor aos jovens que vivem em comunidades carentes. Entendemos e até elogiamos a preocupação na criação de espaços voltados para o esporte, como

hoje existem em determinadas áreas menos favorecidas, mas, é necessários que as autoridades entendam que os jovens são carentes em preparos para o seu futuro. Pois se não só de pão vive o homem, também não é somente de futebol que o menino e a menina sobrevivem.

Em assim sendo, esperamos e temos certeza de que os respeitáveis Parlamentares com assento neste colendo Colégio irão aprovar este projeto, para que no futuro, sejamos todos reconhecidos de que aqui nos preocupamos em promover o bem-estar social de nossa população.

PROJETO DE LEI Nº 090/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Poder Executivo Estadual fica autorizado a implantar cursos profissionalizantes em bairros carentes.

Art. 2º Caberá ao Poder Público a formulação de diretrizes para viabilizar a plena execução do programa que trata esta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o alto volume de violência a que ficam expostos os nossos jovens e adolescentes que moram em condições de baixa renda, muitas das vezes cooptada pelo crime que lhes oferecem altas quantias, quando seus responsáveis não conseguem sequer colocar comida em suas mesas, entendemos que a criação de cursos profissionalizantes nestas comunidades carentes em muito irá tirar esses menores das garras do crime, dando-lhes oportunidades futuras mais promissoras.

Assim, rogo aos meus ilustres Pares desta Assembléia Legislativa que aprovem este projeto de lei que autoriza o Governo do Estado a implantar, mesmo em parceria com organismos próprios, não somente cursos profissionalizantes para atendimento de todas as faixas etárias, como também cursos outros que possam dar um futuro mais promissor aos jovens que vivem em comunidades carentes. Entendemos e até elogiamos a preocupação na criação de espaços voltados para o esporte, como hoje existem em determinadas áreas menos favorecidas, mas, é necessário que as autoridades entendam que os jovens são carentes em preparos para o seu futuro. Pois se não só de pão vive o homem, também não é somente de futebol que o menino e a menina sobrevivem.

Em assim sendo, esperamos e temos certeza de que os respeitáveis Parlamentares com assento neste colendo Colégio irão aprovar este projeto, para que no futuro, sejamos todos reconhecidos de que aqui nos preocupamos em promover o bem-estar social de nossa população.

PROJETO DE LEI Nº 091/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Frente de Trabalho Estudantil, integrada por estabelecimentos de ensino público estadual, que mantêm ensino médio, destinada à contratação, em regime de estágio remunerado, de alunos que estiverem cursando o ensino médio regularmente.

§ 1º A Frente de Trabalho Estudantil será regulamentada pela Secretaria de Estado da Educação e será implementada pelas unidades escolares.

§ 2º A remuneração do aluno, na Frente de Trabalho Estudantil, não poderá ser inferior ao valor do salário mínimo vigente à época de sua contratação.

Art. 2º O prazo de contratação será de 12 (doze) meses e a quantidade de vagas, em cada estabelecimento de ensino, corresponderá a até 1% (um por cento) do total de alunos matriculados na unidade escolar, sendo que o número de contratações não poderá ser superior a 12 (doze) e nem inferior a 4 (quatro) por escola, no período.

Art. 3º A inscrição deverá ser realizada mediante a apresentação de uma proposta de ação para uma função específica.

Art. 4º Os candidatos poderão apresentar propostas de ação nas seguintes funções:

- I - auxiliar de biblioteca;
- II - auxiliar de almoxarifado;
- III - auxiliar de secretária;
- IV - monitor de recreação e lazer;
- V - monitor de informática;
- VI - monitor por área de conhecimento.

Parágrafo Único. Fica proibida a atuação de qualquer estagiário sem o devido servidor titular da área.

Art. 5º Só poderão ser contratados alunos entre 16 (dezesseis) e 19 (dezenove) anos, regularmente matriculados e que freqüentem assiduamente o ensino médio na unidade escolar e que apresentem rendimento escolar satisfatório.

Parágrafo Único. A contratação será apreciada pelo Conselho da Escola, ao final de cada bimestre.

Art. 6º A carga horária a ser cumprida pelo aluno deverá ser de 04 (quatro) horas diárias, distribuídas durante o período livre do aluno.

Art. 7º Caberá aos Conselhos de Escola das unidades escolares:

- I - decidir acerca das contratações;
- II - analisar as propostas de ações dos candidatos;
- III - entrevistar os candidatos selecionados;
- IV - selecionar os candidatos;

V - estabelecer e distribuir as funções;

VI - elaborar o regulamento interno específico e zelar pelo seu cumprimento.

Parágrafo Único. Os casos omissos serão encaminhados ao Conselho de Escola, para apreciação e posterior deferimento.

Art. 8º A seleção de candidatos às funções obedecerá preferencialmente aos seguintes critérios:

- I - carência, através de avaliação socioeconômica;
- II - desempenho escolar;
- III - assiduidade;
- IV - avaliação diagnóstica de habilidades.

Art. 9º Ao final do estágio, os alunos receberão um atestado sobre as atividades desempenhadas na escola, que servirá para todos os efeitos, como referência de trabalho.

Art. 10. A direção das escolas, juntamente com a Associação de Pais e Mestres, poderá instituir um banco de dados disponibilizando currículos e avaliações dos alunos que participarem da Frente de Trabalho Estudantil, com vistas à sua inclusão no mercado de trabalho, junto às empresas privadas.

Art. 11. As empresas privadas poderão participar do projeto, destinando recursos para as unidades escolares efetuarem as contratações.

Parágrafo Único. O Governo Estadual poderá firmar convênio com organismos nacionais e internacionais, visando à manutenção financeira da Frente de Trabalho Estudantil.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias constantes no orçamento.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa aproveitar a criatividade e disponibilidade dos estudantes das escolas públicas estaduais. Pretendendo ainda criar oportunidade de estágio remunerado para os mesmos, que deverão ter bom aproveitamento escolar, ser assíduos, ter habilidades que serão desenvolvidas. Temos que reconhecer que a escola está mais perto das comunidades carentes e que, sem dúvida, poderá desempenhar a contento esse trabalho social de inserir esses estudantes no mercado de trabalho.

A apresentação dos projetos de trabalho para as devidas áreas, sem dúvida, possibilitará que esses serviços cheguem mais perto das expectativas de prestação dos mesmos, que têm como seus usuários os próprios alunos. Por ser um projeto que ajuda a inserção de jovens

no mercado de trabalho, tenho a certeza da aprovação dos membros desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 092/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica assegurada a matrícula para o aluno portador de deficiência locomotora em escola pública próxima de a sua residência, independente de vaga.

Art. 2º O aluno portador de deficiência locomotora deverá apresentar comprovante de residência, quando fizer a solicitação de matrícula.

Art. 3º A direção da escola pública poderá solicitar, quando da matrícula, atestado médico comprobatório da deficiência locomotora.

Art. 4º As escolas deverão oportunizar que os alunos com deficiência locomotora façam parte de turmas cujas salas de aula estejam localizadas em espaços físicos de fácil acesso.

Parágrafo Único. As escolas farão as adaptações necessárias para o cumprimento do estabelecido no *caput* deste artigo.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Não basta que os indivíduos que apresentam seqüelas motoras tenham garantia de matrícula nas escolas públicas.

Não basta, tampouco, que possam freqüentar uma escola regular.

É fundamental que se promova a oportunidade de que estes cidadãos tenham uma facilidade maior de acesso, dando a eles a garantia, não somente da vaga, mas de vaga na escola mais próxima de sua residência.

E não basta que seja apenas próxima de sua residência, o espaço deve ser de fácil acesso ao aluno em questão. A educação das pessoas que apresentam seqüelas motoras precisa ser pensada, a partir dessa contextualização, como uma questão histórica, buscando superar uma leitura abstrata desta deficiência. É preciso que consideremos mais do que um conjunto de características físicas ao interagirmos com indivíduos que apresentam seqüelas motoras.

É preciso que consideremos a história, o contexto no qual estamos nos relacionando. É preciso que saiba-

mos diferenciar as idéias difundidas socialmente, que favorecem e desfavorecem seu desenvolvimento como ser humano. Caso contrário, estará contribuindo para o desenvolvimento da deficiência.

As razões convincentes para um aluno que apresenta seqüela motora não ter acesso à rede regular de ensino podem ser o transporte para a escola, se a família não tiver carro próprio e ele não puder andar de ônibus; um equipamento que necessite para freqüentar as aulas, como uma cadeira de rodas; barreiras arquitetônicas no prédio da escola; a exigência da escola de um familiar acompanhar o aluno em sala de aula, no caso de a família não poder atendê-la.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa, antes de continuar a Sessão, quer esclarecer a questão do som. Pode haver algum atrapalho hoje, porque à pedido da Mesa Executiva, aumentamos hoje alguns decibéis, tanto nos microfones de V. Exas. aí do Plenário, como esses dois outros microfones e o da Mesa Executiva.

Então, por esta razão pode ser que tenhamos hoje alguma dificuldade com referência a microfonia, mas ninguém vai poder reclamar que não ouviu hoje, porque hoje o som vai estar bem alto.

PROJETO DE LEI Nº 093/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica obrigatório, no ensino médio da Rede Pública Estadual de Ensino, o ensino de conteúdos sobre direitos humanos.

Parágrafo Único. Os conteúdos referidos neste artigo devem incluir noções constitucionais sobre o tema e oferecer noções sobre a importância do respeito à vida.

Art. 2º As escolas da rede pública estadual fixarão, em lugar de destaque, os seguintes trechos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948:

I - todo homem tem direitos à vida, à liberdade e à segurança pessoal;

II - ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante;

III - são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção a igual proteção da lei;

IV - a família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado;

V - todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão;

VI - todo homem tem direito à propriedade;

VII - todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e proteção do emprego;

VIII - todo homem tem direito à educação. A educação será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação confere poder ao Estado para incluir temas a exemplo do tratado nesta lei, buscando formação integral para o aluno.

A Sra. Maria da Penha, que dá nome à Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, coibindo a violência doméstica e familiar contra a mulher, em entrevista à rádio CBN de Curitiba, após palestra na Câmara Municipal de Curitiba, em 06 de março de 2007, pediu aos Estados que ministrem conteúdos sobre Direitos Humanos, haja vista a premente necessidade de ensinar a igualdade aos alunos, para que meninas e meninos cresçam com consciência da importância de cada um na sociedade.

Na semana quando se comemora o Dia Internacional da Mulher, deparamo-nos com muitos problemas decorrentes das desigualdades infringidas às mulheres. Os casos de violência são significativos e mostram a marca cultural da sociedade.

As escolas devem fomentar o crescimento dos alunos de forma completa, dando-lhes capacitação moderna e voltada para a sociedade justa e solidária.

Pequeno Expediente:

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Nelson Justus, Deputada Cida Borghetti, Deputada Luciana Rafagnin, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Esta semana o Brasil homenageia a mulher. Em vários Países a data será igualmente celebrada, porque a maioria dos Países adotou também o 8 de março como o Dia Internacional da Mulher.

Antes de abordar o tema, peço, Sr. Presidente, que se registre em Ata a presença, nesta Casa, do ex-Vereador, ex-Secretário Municipal de Londrina, ex-Deputado, Moisés Leônidas de Oliveira, um dos advogados mais ilustres do nosso Paraná.

Sr. Presidente, constantemente ouvimos da tribuna desta Casa de Leis, Parlamentares, homens e mulheres, falando sobre o tema mulher e em especial no mês de março, quando as atenções se voltam para as justas

homenagens para as mulheres. Aproveito este ensejo para enaltecer o crescimento, a evolução que a mulher tem tido, em todos os segmentos da nossa sociedade. Encontramos hoje, mulheres Vereadoras, Prefeitas, Deputadas Estaduais e Federais, Senadoras, Governadoras, policiais, promotoras, juízas. Li agora há pouco na internet que 20% das empresas já são comandadas por mulheres.

Então, inegavelmente, a mulher tem alcançado uma grande evolução, conquistando posições de destaque.

Não faz muito tempo, na década de 30, nos Estados Unidos, as mulheres apanhavam de cassete, tropas da polícia eram utilizadas para sufocar rebeliões de mulheres que saíam às ruas para clamar o direito do voto, não podiam ser candidatas. Mas se a mulher tem tido um crescimento em vários segmentos, respeitada como é de direito, não podemos dizer que esse respeito se faz em todo o Planeta Terra.

Na China, um País de um bilhão e meio de habitantes, com uma nova lei implantada pelo Governo de que cada família só pode ter um filho, ainda tem pai, tem mãe ignorante, que ao nascer o bebê e quando os pais constatarem que é uma menina, quantas vezes tomamos conhecimento que a ignorância da vontade de ter um filho homem, leva ainda hoje, no ano de 2007, alguns pais a jogarem no rio, no mar, no matagal, na privada, o bebê do sexo feminino, porque a vaidade, principalmente do chefe da casa, é que o bebê seja homem. Na Índia, outro País de grande população, se não estou equivocado a Índia deve estar próximo de oitocentos, novecentos milhões, perto de um bilhão de habitantes. A Índia que tem tanta evolução na medicina, na informática, um dos Países mais avançados na área de informática, na Índia ainda hoje tem pai que bota classificado no jornal oferecendo dote para quem casar com a sua filha, porque ele acha que a filha é um entulho, um atrapalho. E muitas vezes o rapaz tira aquela moça de casa, interessado no dote, e depois de um tempo ele volta para reclamar para o sogro: “mas o senhor me deu um caco velho, um entulho e o dote é muito pouco. Quero um reforço, senão vou abandonar a sua filha”. Em pleno 2007, pai pagando para que alguém tire a sua filha mulher de casa.

Mas, Sr. Presidente, ao agradecer V. Exa. num dia todo agitado hoje, sempre no interesse maior desta Assembléia Legislativa. Queria aproveitar este momento, Deputado Nelson Justus, não vamos ficar abordando, aqui, a violência contra a mulher. Mas vamos aproveitar, tem um requerimento de nossa autoria pedindo ao Senador Renan Calheiros, que coloque novamente em votação o Projeto de Lei 318/05, que concede aposentadoria para todas as donas de casa do Brasil. Tem mulher que não tem emprego fora de casa, mas chega a andar seis, sete, oito quilômetros dentro de casa para lá e para cá, lava banheiro, lava roupa, passa roupa, faz café, manda os filhos para a escola, faz almoço, faz janta. E às vezes, quando ela quer um dinheirinho para ir ao cabeleireiro, para ir à feira, tem marido ignorante, quando ela pede um

dinheirinho ela leva um coice, é agredida, é ofendida pelo marido, mas se ela não tem um emprego fora e não tem renda é natural que ela dependa desse dinheirinho do marido.

Mas não é isso que as mulheres querem, ficar permanentemente se humilhando para poder pedir ajuda ao seu marido. A mulher quer ter a sua autonomia financeira também e é justo. Até porque muitas mulheres são mães solteiras, ou o marido trabalha por conta própria e ela não sabe quanto o marido ganha por mês. Quando ela é abandonada por esse companheiro, ela não tem condições judiciais, qual é a verdadeira renda do seu companheiro. Existem milhões de mulheres brasileiras que, ao ficarem sozinhas, ao serem abandonadas pelo seu companheiro, ficam sem nenhuma renda.

Por isso, Sr. Presidente, é uma pena até que o tempo seja curto, mas acho que a maior homenagem que podemos prestar a todas as mulheres é para que elas não fiquem escravas, dependentes, se humilhando, sendo ofendidas pelo mau marido. Nossa ressalva aos bons maridos. Mas é o momento oportuno do Senado Federal, que pouca coisa de útil faz nosso País, que eles apressem essa votação do Projeto 318/05, já deu briga no Senado, já deu bate-boca entre Senadores, porque teve uma noite em que o projeto iria ser votado e o Líder do Presidente da República fez uma manobra e acabou retirando de pauta esse projeto que, se aprovado, vai trazer uma grande felicidade, vai trazer independência, autonomia para milhões de donas de casa que não têm emprego fora, mas que dentro do seu lar, são verdadeiras heroínas que merecem esta aposentadoria.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o segundo orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acabei de receber uma notícia, que o nosso bom companheiro Rafael Greca fez um comentário irônico a respeito do pedido de informação que eu fiz. Ele diz, na coluna do Fábio Campana, que *o fogo amigo dos aliados do Governo na Assembleia, que visa constranger o atual Presidente da COHAPAR, Rafael Greca de Macedo, devido ao valor do seu salário, que seria de 31 mil, recebeu como resposta ontem, uma fina ironia. Greca atacou o Deputado Jocelito Canto do PTB, autor do pedido de informações, com extraordinário bom humor. Isso só pode ser destempero ou esse mau hálito da alma, que é a inveja. Me deixem trabalhar.* Eu quero apenas comentar o seguinte: o Deputado Rafael Greca foi nosso companheiro aqui e eu fico feliz. Ele era contrário ao Requião. Hoje ele é favorável ao Requião. Está no Governo Requião e agora também está entrando no Governo Lula, porque a frase final dele, usa um ditado

do Presidente: *Me deixem trabalhar.* O Presidente dizia com um sotaque bem nordestino.

Então o Greca só falta mudar para o PT agora, porque ele acaba de pedir para deixarem ele trabalhar. Nós queremos que ele trabalhe sim. Eu, em momento nenhum, e V. Exas. são testemunhas, disse que o Greca ganhava 31 mil reais. Que a imprensa acompanhe o que eu falei. Eu nunca disse que ele ganhava 31 mil. Quem disse isso foi exatamente o Fábio Campana, que hoje ele diz que seria de 31 mil. O Deputado Romanelli me entregou um contra-cheque seu do último dia da sua estada na COHAPAR, que é de treze mil reais. Então, eu nunca disse aqui que ele ganha 31 mil. Eu só quero saber das informações e não faz mal para ninguém.

Acho que requerimentos devem ser aprovados para tirar dúvidas, mas nunca acusei o Deputado Rafael Greca, aliás, por quem eu tenho o maior carinho, o maior respeito. A minha alma é uma alma de trabalhador, que levanta cedo, que nunca deixa de comparecer a esta Assembleia, que nunca falta às Sessões, que luta pelo povo, que não vem da elite, que vem do povo mais simples. E espero, eu que nunca fiz parte da burguesia curitibana, ou alguma coisa parecida, que ele repense esses conceitos que ele tem sobre mim. Eu venho lá da simplicidade e como o Deputado Belinati, aqui já antecipo a homenagem às mulheres amanhã. Amanhã é o Dia Internacional das Mulheres, é um dia muito importante, eu tenho duas filhas presentes exatamente no dia de hoje, aqui, a Joce e a Babel.

Mas eu queria pedir ao Deputado Greca que em homenagem às mulheres do Paraná, ele faça cumprir uma lei que ele ajudou aprovar nesta Casa. Já que ele quer trabalhar, que ele mostre o serviço amanhã, no Dia Internacional da Mulher, e ele nos conte se nesses novos loteamentos, novos núcleos que estão saindo no Paraná, se já está se cumprindo a lei que favorece a mãe pobrezinha, a mãe que não tem marido, a mãe que é solitária, a mãe que é o chefe da família, a mãe que é o pai e que é a mãe da família.

Então eu pediria ao Deputado Greca, meu amigo - gosto muito dele, tenho muito respeito por ele, jamais tive algo pessoal contra ele - mas, queria aqui pedir, dentro daquele seu aspecto de sempre lutar por coisas boas, como ele sempre disse aqui, sempre fez belos discursos aqui no Dia Internacional da Mulher, que ele amanhã use o final do seu discurso aqui: "me deixem trabalhar", que ele trabalhe para cumprir uma lei que ele ajudou a aprovar nesta Casa, que diz que 20% das casas no Paraná devem ser entregues às mães pobrezinhas, a mãe que é o pai, a mãe que é chefe da família e aquilo que eu chamo de Lei de Origem, quem já passou por isso sabe do que eu estou falando: as dificuldades de se conseguir a primeira casinha.

Então que amanhã, no Dia Internacional da Mulher, que essa lei em homenagem às mulheres, as nossas Deputadas aqui presentes, a homenagem do Rafael Greca seja de trabalhar, para que a lei que ele ajudou a

aprovar aqui nesta Casa, torne-se lei, pelo seu competente trabalho como Presidente da COHAPAR, em homenagem, principalmente, à mulher sofredora, à mulher simples, à mulher mãe, à mulher que é o chefe da família e à mulher que é pai também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Terceiro orador inscrito, com a palavra o Deputado Kielse Crisóstomo.

Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, primeiro agradecendo a todos os nossos Pares que hoje, junto com o Deputado Cheida, abrimos a primeira reunião da Comissão de Meio Ambiente. Ontem, quando abri mão até do horário que teria reservado para falar de dois assuntos muito importantes aqui do nosso Estado, era a área da Segurança Pública, e sobre dois projetos que tínhamos apresentado na tarde de ontem. Nós nos surpreendemos com a discussão a respeito do nosso Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, o qual fechou os três últimos acordos com o Governo do Paraná e com o Porto de Paranaguá, a cifra na ordem de quase 250 milhões de dólares, só com o Estado do Paraná.

Mas, eu venho a esta tribuna falar sobre os dois projetos de ontem, Sr. Presidente. Um deles, aonde nós já temos efetivamente aplicado o projeto, fizemos um teste para ver a possibilidade de um consórcio intermunicipal do lixo, perante os Municípios do Paraná. Firmamos esse consórcio no ano passado, com os Municípios de Jabuti, Japira, Tomasina, que hoje se tornou modelo para os demais Municípios do Paraná, e apresentamos não só em parceria com mais trinta Prefeitos, a possibilidade da redução dos lixões do Paraná, ao invés de termos, pelo Ministério Público, muitas vezes, a obrigatoriedade de cada Município ter que montar o seu lixão, o seu aterro sanitário, a sua coleta individual, montarmos divididos no Estado do Paraná cerca de quarenta pontos de apoio, como nós inauguramos em Paranavaí um aterro sanitário. Só que lá funciona apenas Paranavaí, mas poderíamos fazer uma parceria entre o Governo do Estado do Paraná e os nossos Municípios, colocando em paralelo um projeto que também apresentamos ontem que é a reciclagem total do lixo do Paraná.

Como seria esse projeto, Deputado Nelson Justus? Hoje nós produzimos todos os dias no Estado do Paraná cerca de oito milhões de quilos de lixo todos os dias só no Estado do Paraná. Sendo que por apresentação da Secretaria de Meio Ambiente mais de 80% desse lixo poderia ser reciclável ou reciclado em Foz do Iguaçu. Oitenta por cento de oito milhões, nós teríamos mais de seis milhões e meio de quilos de lixo podendo ser reciclado por dia só no Estado do Paraná.

Como seria o nosso projeto, sucintamente, onde o Governo do Estado forneceria sacolas especiais com o carimbo para reciclagem, tornando como em muitos Municípios, onde nos baseamos e buscamos vários projetos paralelos a idéia da reciclagem obrigatória, punindo quem não fizesse isso, independente se fosse ABRESA ou uma casa de um morador ou moradora do Estado.

Nós fizemos uma conta breve que hoje o cálculo residual nessa área que temos por ano, só na grande Curitiba chega a quase cinquenta milhões de reais. Tendo a possibilidade, Sr. Luiz Carlos Martins, o senhor que atende muito a região de Curitiba, a Região Metropolitana. Só em Curitiba, hoje nós temos quase dois milhões e meio de quilos de lixo todos os dias. Sendo que quase dois milhões com a possibilidade de reciclagem. O Governo entraria numa parceria financeira íntima, mínima, onde custaria para o Governo do Estado menos de um real residência/mês.

Onde nós temos dois milhões de lares cadastrados pela própria SANEPAR e pela própria COPEL. Onde a COPEL e a SANEPAR, em parceria, forneceria na entrega do seu talonário de cobrança lá em Londrina, Deputado Belinati - o senhor sabe muito bem como funciona - entregaria as sacolas de lixo com o carimbo "obrigatório a reciclagem". E os transportadores, os empresários que recolhem o lixo do Paraná, que hoje dificilmente a Prefeitura de médio porte faz esse trabalho, e sim uma empresa que faz isso, não recolheria mais esse lixo caso não fosse separado pela dona de casa. É uma educação forçada que teríamos que ter no Governo, uma educação forçada que teríamos que ter nos lares, todas as casas e empresas do Paraná, onde algumas empresas já se predisuseram a financiar, inclusive a própria PETROBRAS, que é uma grande empresa que pode nos fornecer gratuitamente, talvez, essas sacolas, embalagens próprias para reciclagem, possibilitando não só o encolhimento dos gastos na área da construção de novos lixões, mas com a convicção que tenho como ambientalista, que nós teríamos para o meio ambiente no seu todo, um ganho fantástico.

Algumas cidades fizeram esse Plano Piloto, começaram a não mais recolher o lixo que não fosse separado. Na primeira semana, algumas donas de casa ainda relutaram, mas quando viram acumulando-se os lixos em frente das suas residências ou suas empresas, começaram a fazer e começaram ensinar os seus filhos, dando a possibilidade, citando um caso prático, em Blumenau, que hoje mais de 60% do lixo reciclável de Blumenau está sendo colhido por uma empresa particular, num fornecimento a uma cooperativa de catadores de lixo, que fazendo, em parceria, com aquele lixo que se transformaria num caos ambiental, muitas vezes pela não compostagem do lixo orgânico, nós causamos caos nos lençóis freáticos de muitas regiões do Estado - e incluo Curitiba, incluo Londrina, incluo Paranavaí com isso - se nós não tivermos um cuidado para os próximos dias, não para o próximo século, nós vamos ter um problema caótico nos nossos lençóis freáticos do Estado do Paraná.

Citamos ainda, uma brincadeira na Comissão de Meio Ambiente, que a própria Assembléia Legislativa ou os tribunais vizinhos, sequer temos a informação de onde vai o esgoto da Assembléia Legislativa. Mas, a SANE-PAR tem a cobrança da coleta e tratamento deste esgoto. Talvez faça, por intermédio do Rio Belém.

Mas, são assuntos pertinentes que queremos debater, fazer com que a Assembléia Legislativa tenha presença e voz nos orçamentos do Governo do Estado. Vamos estar na semana que vem na PETROBRAS, solicitando um patrocínio para este projeto, e peço apoio nos próximos dias. Se nós conseguirmos chegar - com a diferença que temos hoje - hoje temos 5% de reciclagem no Estado do Paraná, tirando a parte das latinhas de alumínio, que aí passamos de 80%, pelo valor agregado que elas têm no mercado comum, mas se conseguirmos fazer esta reciclagem e passarmos a rentabilidade deste lixo reciclável, até para nossas entidades que necessitam, nós já teremos um ganho fantástico.

Mas, se nós passarmos, como é a média nos Estados mais avançados dos Estados Unidos, de 30% de reciclagem, vamos ter realmente um ganho espetacular, podendo dizer que aí sim a capital ecológica terá o respeito não apenas no papel ou no discurso, mas terá perante o Governo do Estado, a parceria em todos os Municípios do Paraná.

Seria fornecido pelo Governo do Estado o primeiro apoio. E, na sequência, quem não fizesse a separação nas suas casas ou empresas seria punido com multa, autuação e cobrança dentro ou do ICMS ou do IPTU, conforme legislação vigente ou a regulamentação que venhamos a fazer.

Seria isto, Sr. Presidente, agradecendo o horário que até passamos um pouquinho, mas só para completar que vamos estar discutindo com várias ONGs este nosso projeto. Vamos querer implantar isto o mais rápido possível e quiçá o Governo não possa nos fornecer estes projetos em paralelo com as embalagens ou sacolas especiais para reciclagem, vamos buscar patrocinadores.

Acredito que nosso Secretário do Meio Ambiente, Rasca Rodrigues, vai estar pronto para nos atender neste sentido, em parceria com as multas que temos recolhidas no Fundo até estadual de Meio Ambiente, já direcionadas a outras empresas, que pagaram e temos dinheiro no Fundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Horário destinado ao Bloco PPS/PMN, concedemos a palavra ao Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É com muito orgulho e muita honra que faço hoje meu primeiro pronunciamento na tribuna desta Casa. Momento em que parablenizo a nova administração da Casa, na pessoa do Sr. Presidente, que nestas poucas Sessões iniciais já conseguiu imprimir um ritmo que demonstra que nossos trabalhos serão extremamente produtivos.

Assumi o compromisso sagrado de honrar meu mandato como representante da comunidade dos Municípios da região de Campo Mourão, a COMCAM, aqui na Assembléia Legislativa, e vou cumprir este compromisso com zelo, com empenho e devoção, defendendo fervorosamente as causas, os anseios e as aspirações do povo que me elegeu.

Esse compromisso intransigente e irredutível será reiterado com ações e a cada dia de trabalho, seja nas Sessões no Plenário, nas Comissões Técnicas ou nas audiências públicas em que prestarei contas de todos os meus atos como Deputado, ao longo dos meus quatro anos de mandato.

Represento uma região do Estado que, infelizmente, costuma ser esquecida, e por isso serei aguerrido defensor das causas regionais. Mas não esperem de mim uma oposição dogmática, cega ou sectária. Serei um fiscal implacável do Governo, mas apoiarei todo e qualquer projeto e iniciativa que julgar compatíveis com o bem-estar e a prosperidade do povo paranaense.

Pautarei minha ação parlamentar pela lealdade, pela transparência e pela minha sinceridade, seja no relacionamento com meus colegas Deputados, seja na Oposição ao Governo e, acima de tudo, na relação com o eleitor, a quem devo este mandato.

Aliás, Sr. Presidente, quero salientar muito bem que este mandato não me pertence. Farei dele um instrumento da vontade da comunidade de Municípios da região de Campo Mourão, e farei com que meu gabinete seja um espaço público e institucional de lutas e mobilizações da COMCAM.

As portas de meu gabinete estarão permanentemente abertas para a melhoria contínua da segurança pública, a defesa do desenvolvimento regional, do empreendedorismo, da capacitação profissional, da democracia e da valorização da cidadania, que serão as causas fundamentais de minha missão aqui na Assembléia.

Não permitirei jamais que nossa comunidade seja esquecida nos meandros do poder. A população que trabalha, que paga impostos e que contribui para construir o nosso Paraná terá em mim um representante digno e comprometido com seus anseios.

Quero pedir o apoio dos colegas Deputados e Deputadas em minha luta, que será feita de forma intransigente, para transformar a Faculdade de Campo Mourão - FECILCAM - em Universidade Estadual, certo de que isso propiciará um salto de qualidade no ensino superior, com efeitos que vão além do desenvolvimento regional, com capacitação de mão-de-obra e geração de emprego e renda.

Assumi, desde o início, um compromisso com as questões regionais, e entre estas tem a questão da Estrada da Boiadeira, de importância vital para todo o Norte e Noroeste do Estado e que de forma inexplicável não foi incluída no PAC. Não é mais possível continuar tolerando o descaso dos Governos Estadual e Federal com a Boiadeira, rodovia de relevância estratégica para a economia paranaense. Vamos lutar sem tréguas pela conclusão de sua pavimentação, com a certeza de que a obra terá consequências importantíssimas para alavancar o agronegócio e a agroindústria do Paraná como um todo. Firmei compromisso em minha campanha eleitoral de defender radicalmente a agricultura, principalmente o pequeno agricultor da região e do Estado, e cumprirei fielmente.

Serei cumpridor fiel de minhas atribuições, que é legislar pelo bem comum e fiscalizar o Poder Executivo - papel central de Deputado. Não esperem de mim ações ligadas ao assistencialismo. Assistência social é tarefa do Executivo, na qual as comunidades devem se envolver de maneira consciente, sem que as nações se convertam em paternalismo clientelista.

Até por isso, tenho convicção de que esta Assembleia deverá desenvolver iniciativas concretas em defesa das Santas Casas, que vivem uma crise financeira sem precedentes, que as obriga a viver de “pires na mão” em busca de migalhas, ou até de medidas liminares da Justiça para receber repasses de recursos da Secretaria de Estado da Saúde. Conclamo desde já meus colegas Deputados para, em conjunto, pensarmos numa solução consistente e duradoura, que tire as Santas Casas da lamentável situação de indigência em que se encontram hoje.

A Santa Casa de Campo Mourão, por exemplo, presta a 52 anos serviços de excelência em saúde a toda a região da COMCAM. Hoje ela está com uma dívida em torno de R\$ 1.860 mil reais. Vale lembrar que a Santa Casa é uma Associação Beneficente, que depende da ajuda dos Governos para continuar atendendo. Falei de Campo Mourão, mas tem Santa Casa em Goioerê, em Terra Boa, em Engenheiro Beltrão, enfim, em todo o Paraná e todas precisam de ajuda.

Medidas simples como a isenção da cobrança da energia elétrica; o credenciamento e repasse de verbas das altas complexidades, hoje já oferecidas pela instituição; e a liberação de projetos encaminhados aos Governos Estadual e Federal, poderia melhorar, em muito, a situação e o atendimento da Santa Casa de Campo Mourão.

Senhor Presidente, meus caros colegas, todos sabemos que a imagem do Poder Legislativo foi duramente arranhada por uma série de fatos recentes. Este não é o momento de discutir as causas do problema - e muitas delas têm sua origem no Congresso Nacional - mas o fato inquestionável é que a credibilidade do Parlamento está abalada, e a opinião pública, pelo menos aquele segmento da sociedade que não abdicou inteiramente de sua fé nas instituições, que não sucumbiu ao ceticismo, espera algo de nós.

Temos um grande desafio pela frente, ligado à inadiável necessidade de assegurar maior transparência à atividade parlamentar, à ação de cada um dos Srs. Deputados e Deputadas, à modernização dos trabalhos e ao uso crescente de novas tecnologias.

Antes de mais nada é preciso reconhecer que, na legislatura anterior, a Direção Executiva da Assembleia adotou uma série de iniciativas relevantes para dar maior transparência à Casa.

Houve avanços inquestionáveis, no entanto, infelizmente por várias circunstâncias, algumas das medidas propostas ainda não saíram do papel. A TV Assembleia é apenas a mais visível delas, e não necessariamente a mais importante.

Nosso empenho em transformar a TV Assembleia em realidade vai significar um avanço indiscutível, e permitirá à população avaliar e fiscalizar com maior acuidade o trabalho de cada um de nós Deputados.

Mas há outras medidas a serem adotadas.

Outra delas é a criação da web-rádio da Assembleia Legislativa. A rádio on line, conectada ao site da Assembleia, facilitará a missão da imprensa - especialmente no interior do Estado - de fiscalizar e acompanhar as atividades desta Casa.

Outra iniciativa fundamental é a implementação da Escola do Legislativo, criada na gestão anterior, mas ainda sem vida real. A Escola do Legislativo terá papel crucial na capacitação e aperfeiçoamento profissional dos quadros de servidores da Assembleia. Isto, por si só, já justificaria sua criação, mas ela terá outro objetivo que julgo ainda maior, que é o de aproximar a Assembleia das comunidades, a começar da comunidade acadêmica, que vê o Legislativo com extrema desconfiança, afastando-se cada vez mais.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Douglas, permita-me um aparte?

(Assentimento)

Quero aproveitar o seu primeiro pronunciamento desta tribuna e já percebemos a qualidade e a vontade com que V. Exa. está chegando a esta Casa. Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, pela preocupação, pelas sugestões e dizer a V. Exa. que percebemos no primeiro pronunciamento do Parlamentar aqui, a capacidade deste Parlamentar e como ele vai exercer seu mandato.

Não tenho nenhuma dúvida, pelo seu pronunciamento, pelas sugestões que V. Exa. está trazendo a esta Casa, quero além de cumprimentá-lo me somar a estas suas sugestões.

Muito obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Valdir Rossoni.

Sr. Presidente, para finalizar, utilizarei a garra inerente aos Deputados e Deputadas de primeiro mandato, associada à minha formação acadêmica e profissional, para conduzir, cada vez mais, esta Casa de Leis no

reflexo dos desejos de todos que amamos tanto o nosso querido Paraná.

Pela oportunidade, quero agradecer ao Deputado Marcelo Rangel, Líder da nossa Bancada, pelo espaço, e agradecer a todos. Muito obrigado e desejo um ano de muito sucesso a todos os Deputados que lutam pelo bem do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças: Liderança da Oposição. (**Declina**)

Liderança do Governo. Concedo a palavra ao Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para comunicar a Casa, uma das preocupações que vi, acho que no dia de ontem, sobre parte daqueles veículos locados, que a Polícia Civil tem utilizado nos deslocamentos, na sua atuação, como Polícia Judiciária, estão sendo renovados por um contrato, por mais 180 dias, porque o Governo comprou nesse período 950 viaturas para a polícia. Em que pese essa compra, temos em formulação uma nova licitação, para comprar mais quatrocentos veículos para a Polícia Civil. Mas para precavermos que esses veículos possam chegar no tempo certo e não se fique nenhuma delegacia desguarnecida de veículos, esse contrato está sendo renovado por mais 180 dias, para que tenhamos absoluta tranquilidade na área da Segurança Pública.

Por isso, quero registrar aqui esse fato, para deixar os corações menos intranquilos e dizer que há uma preocupação muito grande, porque é claro que tudo o que envolve a segurança da nossa população é absolutamente prioritária.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança da Oposição. Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, eu não farei nenhum pronunciamento. Serei rápido. Ouvi, aqui, o Deputado Líder do Governo, Romanelli, falando que compraram, se não me falha a memória, novecentos veículos. Vamos dividir por quatrocentos, deu dois veículos para cada Município.

Vamos estabelecer que agora vão ser comprados mais quatrocentos. Vai dar um veículo para cada Município - imaginem atender Londrina, Maringá, Cascavel,

Curitiba. Em quantos Municípios deste Estado, que hoje a segurança é precária? Vejo este anúncio, parece-me, como uma justificativa para o que está acontecendo na Segurança do nosso Estado.

Antigamente, nas grandes Cidades, a segurança não funcionava muito bem, mas nos pequenos Municípios funcionava razoavelmente. Hoje, a segurança não funciona nos pequenos, nos médios Municípios; e nos grandes Municípios, nas grandes Cidades é um caos.

Quero, aqui, dizer ao Líder do Governo, Deputado Romanelli, que não nos entusiasma o anúncio dos quatrocentos veículos. E não justifica, porque hoje o Paraná precisa de uma atenção muito melhor na segurança, do que essa que está sendo anunciada.

Tenho certeza absoluta que o Líder do Governo vai fazer um esforço, para trazer notícias mais auspiciosas, para o momento em que estamos vivendo. Falta segurança neste Estado. Se você abrir o jornal ou ouvir uma rádio, sente o desastre que é a segurança deste Estado. É uma coisa que para consertar vai levar anos. Não vai ser com quatrocentos veículos que estão sendo comprados.

Era só essa a ressalva que eu queria fazer ao ilustre Líder do Governo.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 004/07 de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, sugerindo a criação da Região Metropolitana de Pato Branco. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 005/07, de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, sugerindo a criação da Região Metropolitana de Francisco Beltrão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelos Srs. Deputados Valdir Rossoni - Líder da Oposição, Elio Rusch - Vice-Líder da Oposição e Edgar Bueno - Vice-Líder da Oposição, constante do expediente, indicando seus próprios nomes para liderar a Bancada da Oposição nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 08 de março de 2007. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Jocelito Canto, Marcelo Rangel, Péricles de Mello e Plauto Miró, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 07 (sete), de autoria do Sr. Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Queria registrar a presença do Prefeito de Ibaiti, o Peté, que se faz presente aqui na Tribuna de Honra, juntamente com o Presidente da Câmara, o Cláudio; o nosso Presidente da Câmara de Araruna, o Vereador Genésio, que estão hoje firmando parcerias com o Governo do Estado, juntamente com o corpo jurídico, o Dr. Fabrício.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado e sejam bem-vindos à Casa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 035/07, Proposta de Emenda à Constituição, de autoria da Comissão Executiva, que dá nova redação ao *caput* do artigo 61, da Constituição Estadual, dispondo que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná reunir-se-á de 02 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. COM EMENDAS. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PROPOSIÇÃO Nº 035/07

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná.

D E C R E T A :

Art. 1º O *caput* do artigo 61 da Constituição Estadual, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61. A Assembleia Legislativa reunir-se-á, anualmente, na Capital do Estado, independente de convocação, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro”.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Apoioamento:

Tadeu Veneri, Chico Noroeste, Péricles de Mello, Ademar Traiano, Elio Rusch, Jocelito Canto, Edson Strapasson, Augustinho Zucchi, Luiz Accorsi, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Stephanes Júnior, Rosane Ferreira, Fábio Camargo, Pastor Edson Praczyk e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa colher o devido apoio dos membros deste Poder Legislativo, para que seja dada nova redação ao artigo 61 de nossa Carta Magna Estadual, adequando a especificação dos períodos temporais concernentes aos recessos parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aos moldes da recente Emenda Constitucional Federal aprovada, que especificou o período de funcionamento ordinário do Congresso Nacional, como sendo de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro de cada ano.

Em que pese entendermos que a atividade parlamentar extrapola, em muito, os trabalhos realizados ordinariamente pelos Deputados dentro da Assembleia Legislativa, seja em Plenário, nas Comissões Permanentes, Especiais e de Inquérito, seja no trato e acompanhamento do processo legislativo que forma o arcabouço normativo estadual, ou até mesmo no atendimento de pessoas nos gabinetes parlamentares, conotamos o caráter moralizador da proposta ora apresentada, por expressar a vontade da maioria calcada no interesse público.

O Deputado Estadual, assim como os demais políticos eleitos para representarem as aspirações do povo, além do trabalho ordinário da Instituição Legislativa, tem ainda a atividade político-partidária a cumprir, não podendo também afastar-se de suas bases eleitorais, pois dependem do voto para se reelegerem. Encontram nos recessos parlamentares um meio de levarem suas palavras próximas aos seus concidadãos, dentro de um Estado com dimensões como as do Paraná.

Mas a diminuição dos recessos parlamentares, não irá prejudicar o deslocamento parlamentar às suas bases de representação. O Poder Legislativo está em uma era de interiorização estadual, levando a atividade da Assembleia para os Municípios em Sessões Especiais.

A TV Assembleia esta cada vez mais próxima da sociedade paranaense, possibilitando ao povo acompanhar seus parlamentares on line em suas atividades. A modernidade vem eliminando fronteiras e limites, a internet facilitando a comunicação, sem falar do profícuo tra-

balho da imprensa legislativa, que leva ao conhecimento popular todos os passos e manifestações do Poder.

Sabendo que dos períodos de recessos, poucos dias se apresentam ao político como férias para o merecido descanso, entendemos a indignação popular que confunde recesso como férias, pois os servidores públicos civis e militares, os trabalhadores da iniciativa privada, legalmente contam com tão somente trinta dias para gozarem de descanso de seu trabalho.

Assim justificada a proposição, conclamamos todos os nobres Pares Parlamentares desta Assembléia Legislativa a agregarem-se favoravelmente à presente iniciativa, por se tratar de matéria de relevante interesse do povo do Paraná.

**EMENDA CONSTITUCIONAL N° 50,
DE 14 DE FEVEREIRO DE 2006**

Modifica o artigo 57 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O artigo 57 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 57 O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

§ 4º Cada uma das Casas reunir-se-á em Sessões Preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos. Vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 6º A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á:

II - pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante, em todas as hipóteses deste inciso com a aprovação da maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

§ 7º Na Sessão Legislativa Extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do parágrafo 8º deste artigo, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.

...” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 14.02.06.

**(aa) MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
MESA DO SENADO FEDERAL**

EMENDA ADITIVA À PROPOSIÇÃO N° 035/07

ADITE-SE à Proposta de Emenda Constitucional que dá nova redação ao *caput* do artigo 61 da Constituição Estadual, dispondo que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná reunir-se-á de 2 de fevereiro a 17 de julho e 1º de agosto a 22 de dezembro.

Art 2º O parágrafo 5º do artigo 61 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61...

§ 5º Na Sessão Legislativa Extraordinária, a Assembléia Legislativa somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, vedado o pagamento a Deputados, a qualquer título, pela realização das Sessões Extraordinárias, de parcela indenizatória, em razão da convocação.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS, LUCIANA RAFAGNIN, CIDA BORGHETTI, ELTON WELTER E TADEU VENERI.

JUSTIFICATIVA:

De grande relevância a proposta de Emenda Constitucional já apresentada pela Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, pois reduz para 55 dias o período de recesso anual.

Com o aumento do período legislativo maior será a produção legislativa e fiscalizadora, tornando-se desnecessária a convocação de Sessões Extraordinárias.

Inegável que a remuneração dos Deputados e a estrutura financeira colocada à disposição de cada gabinete é expressiva. Os Deputados não dependem de pagamentos extraordinários para bem exercer seu mister.

No esforço para o parlamento reconquistar sua credibilidade junto à sociedade, mais esta medida moralizadora deve ser aprovada.

A vedação ao pagamento pelas Sessões Extraordinárias está relacionada à redução do recesso pois com tempo maior para as Ordinárias toda a pauta será votada sem necessidade de convocações extras.

E por último, o Congresso Nacional, ao mesmo tempo que reduziu o recesso parlamentar, aprovou medida vedando o pagamento por Sessões Extraordinárias.

São estes os fundamentos da emenda apresentada.

EMENDA ADITIVA À PROPOSIÇÃO N° 35/07

Fica incluído à Proposição nº 36/07, o seguinte artigo.

“Art ... O artigo 55 da Constituição Estadual, passará a vigorar com a seguinte redação.

Art. 55. A Mesa da Assembléia Legislativa poderá encaminhar pedidos escritos de informações aos Secretários de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no inciso XXXIII do artigo 54 desta Constituição, impor-

tando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de 30 (trinta) dias, bem como a prestação de informações falsas”

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) RENI PEREIRA

Apoiamento:

Antonio Belinati, Elio Rusch e 03 ilegíveis

JUSTIFICATIVA:

Quando da promulgação da Emenda nº 07/00, a remissão aposta ao artigo 55 da Constituição Estadual remetia ao inciso XXXIV, quando o correto seria o inciso XXXIII, que dispõe: *XXXIII - convocar, por si ou qualquer de suas comissões, Secretários de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados ao Governo do Estado para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.*

Essa correção é da maior importância para os trabalhos da Assembléia Legislativa, pois esse erro de remissão impede a responsabilização por crime de responsabilidade diante de recusa ou não atendimento.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 07, DE 1995

Altera o artigo 178 da Constituição Federal e dispõe sobre a adoção de Medidas Provisórias.

As Mesas da Câmara de Deputados e do Senado Federal nos termos do parágrafo 3º do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda constitucional:

“Art. 178. A lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreo, aquático e terrestre, devendo, quanto a ordenação do transporte internacional, observar os acordos firmados pela União, atendido o princípio da reciprocidade.

Parágrafo Único. Na ordenação do transporte aquático, a lei estabelecerá as condições em que o transporte de mercadorias na cabotagem e a navegação interior poderão ser feitos por embarcações estrangeiras.”

Art. 2º “Fica incluído o seguinte artigo 246 no Título IX - “Das Disposições Constitucionais Gerais.”

“Art. 246. É vedada a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada a partir de 1995.”

Brasília, 15.08.95.

(aa) MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
MESA DO SENADO FEDERAL

COMISSÃO ESPECIAL DE
REFORMA DA CONSTITUIÇÃO
PROPOSIÇÃO Nº 35/07

P A R E C E R :

A presente proposição tem por objetivo dar nova redação ao artigo 61, da Constituição Estadual, adequando

a especificação dos períodos temporais concernentes aos recessos parlamentares da Assembléia Legislativa.

Chamada a opinar, a Comissão Especial de Reforma da Constituição entende a grande relevância da proposta apresentada, pois reduz para 55 dias o período de recesso parlamentar.

Com o aumento do período legislativo, maior será a produção legislativa e fiscalizadora, tornando-se desnecessária a convocação de Sessões Extraordinárias.

No esforço para o Parlamento reconquistar sua credibilidade junto à sociedade, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da Proposta de Emenda à Constituição, na forma do Substitutivo Geral, que acolheu duas emendas, a primeira de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que veda o pagamento de parcela indenizadora em razão de convocação extraordinária e a segunda, de autoria do Deputado Reni Pereira, que visa corrigir erro de remissão ao artigo 55 da Constituição Estadual.

Sala das Comissões, em 06.03.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO ESPECIAL DE
REFORMA DA CONSTITUIÇÃO
SUBSTITUTIVO GERAL À
PROPOSIÇÃO Nº 35/07

Art. 1º O *caput* do artigo 61 da Constituição Estadual, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61. A Assembléia Legislativa reunir-se-á, anualmente, na Capital do Estado, independente de convocação, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

Art. 2º O parágrafo 5º do artigo 61, da Constituição Estadual, passará a vigorar com a seguinte redação:

“§ 5º Na Sessão Legislativa Extraordinária, a Assembléia Legislativa somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.”

Art. 3º O artigo 55 da Constituição Estadual passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55º A Mesa da Assembléia Legislativa poderá encaminhar pedidos escritos de informações aos Secretários de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no inciso XXXIII do artigo 54 desta Constituição, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de 30 (trinta) dias, bem como a prestação de informações falsas.”

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06.03.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TADEU VENERI - Relator

Apoiamento:

Francisco Bühner e 02 ilegíveis.

Em votação.

De acordo com o artigo 194 do nosso Regimento Interno, será aprovada a proposta pelo processo nominal que obtiver em ambos os turnos 3/5 dos votos dos membros da Assembléia Legislativa.

Há, portanto, a necessidade de 33 votos SIM para a aprovação e NÃO para a rejeição.

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Alexandre Curi, para que proceda à chamada nominal. Mas antes, Pela Ordem, com a palavra o Deputado Antonio Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Venho manifestando-me contra sermos uma cópia fiel do Senado da República, do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados em votarmos esse projeto. Consultando nossos Pares, tenho visto não a indignação, mas até a falta de boa vontade dos Deputados para que votemos esta matéria que prorroga o período legislativo do dia 15 para o dia 22 de dezembro. Não vejo nisto nada de diferente, a não ser aquilo que no Brasil inteiro acontece - as pessoas, os familiares, as pessoas que moram no interior, os Deputados, a maioria Deputados do interior, viajarão no dia 23 de dezembro para as suas Cidades - as estradas estão saturadas, os desastres acontecem...

Para quê submetermos os nossos Deputados, que com tanto sacrifício chegaram a esta Casa, os nossos funcionários, que no período de dezembro, nós sabemos, para votar o orçamento como é difícil. Tem chegado a época em que este Deputado não consegue ir a uma loja comprar um presente para o seu neto ou para sua esposa. E quero dizer com o meu coração aberto, defendendo a todos, funcionários e Deputados, não vamos submeter os nossos Deputados para satisfazer a imprensa ou àquelas pessoas que querem determinar a nossa maneira de legislarmos.

O mês de julho, Sr. Presidente, nós já estamos reduzindo do dia 15 de fevereiro para o dia 1º - estamos aumentando quinze dias de trabalho. Poderíamos aumentar do dia 15 de dezembro ao dia 20 - uma coisa natural e normal - e o mês de julho, aí os Deputados, na sua maioria, acham que treze dias de recesso é muito pouco, principalmente para quem faz política no interior. Nós poderíamos aumentar para quinze ou vinte dias, aumentaríamos dez dias de serviço, de período legislativo.

Acho que esta matéria, mudando tanto, nos nove mandatos que tenho, estamos mudando totalmente a nossa maneira de ser, vão mudar as Câmaras Municipais. Acho que nós poderíamos refletir mais. Se formos votar, eu votarei contra.

Mas, peço a V. Exa. que, de acordo com o artigo 190, para que V. Exa. me responda, ou a assessoria da Mesa, se foi publicado no Diário da Assembléia que abre

prazo de três dias aos Deputados que possam apresentar as emendas para tentarmos entrar num consenso ou retirarmos a matéria de discussão, hoje, para votarmos em alguns dias, num consenso em que nós não enfiemos goela abaixo o que o Congresso Nacional - sei que eles erraram, como nós erramos no voto aberto. O Congresso não votou ainda e nós erramos ao querer votar vetos em voto aberto, Sr. Presidente. Acho que poderíamos rever numa outra etapa para não expormos os Deputados, às vezes sob a Liderança do Governo, do qual sou membro, como filiado ao PMDB, nós temos, às vezes, e eu tenho personalidade e todos os Deputados têm para votarmos um veto, votarmos aberto.

Enfrentaremos muito desgaste e já disse a V. Exa., o dia que as galerias estiverem lotadas, reivindicação de professores, funcionários, categorias, e os Deputados, não só da Oposição, que votem contra, os Deputados do Governo que tenham outros interesses na votação, esta Casa será exposta ao ridículo, e quero que fique registrado para cobrar da Mesa, para cobrar dos Deputados que nós iremos sofrer vexames, como temos sofrido, como sofremos injustiças ao sermos agredidos por pessoas incompetentes, não esclarecidas, que foram ofender Deputados, esposas de Deputados, filhos de Deputados que conquistaram um mandato maravilhoso na última eleição. Fomos muito humilhados, aqueles que tiveram a capacidade e o peito de sair pela porta da frente do Teatro Guaíra, não aqueles que saíram pelos fundos. Enfrentamos aqueles mal-educados que foram nos agredir com palavras. Fui obrigado a bater na cara de dois vagabundos, Sr. Presidente, e digo de peito aberto, porque não tenho medo de ninguém!

Respeito o Regimento, respeito. O meu direito vai até onde começa o do próximo, mas não aceito ser desafiado, nas nossas costas, na tribuna, numa solenidade em que fui diplomado e muitos foram diplomados com o aval da população! Agora, não é porque a imprensa diz que o Paraná vendeu os seus votos, não vamos nos calar! Os meus votos não foram comprados, os meus votos, em nove mandatos fui escolhido, na penúltima fiquei primeiro suplente com 37 mil votos, que muito me honrou, metade da Assembléia tinha menos votos que eu! Não posso ficar calado diante de tantas injustiças!

Estes dias ainda, queridos companheiros e companheiras, fomos ofendidos pela CBN, não eu, a classe política; qual é o bicho que parece com político? O macaco. Por quê? Porque é nojento, porque é corrupto. Eles quiseram ofender uma pessoa e todos os políticos não prestam! Enumerem, citem, apresentem e não vamos condenar ninguém que não mereça.

Então, Sr. Presidente, vamos fazer as coisas às claras, com independência, discutindo e relatando a realidade dos fatos. Peço a V. Exa. que me responda se foi publicado no Diário Oficial com prazo aberto? Se não foi, eu sei que V. Exa. vai retirar, e se foi eu vou apresentar algumas emendas para melhorar o trabalho desta Casa. Temos trabalhado tanto, quantas vezes fomos con-

vocados, em períodos de final de ano e no recesso do mês de janeiro. Concorde até com a retirada do pagamento de Sessões extras. Se no nosso recesso, tiver condições de todo mundo trabalhar, como no Congresso Nacional, quando os Deputados são pagos, os funcionários também são pagos. Lá existem Sessões Extraordinárias pagas e os funcionários também recebem, aqui eu nunca vi isso e já fui Presidente, errei! O dia que eu for, se tiver a felicidade de ser, ou substituí-lo em eventuais oportunidades, Sr. Presidente, eu procurarei fazer tudo aquilo que não fiz de bom para esta Casa, para os nossos funcionários e Deputados.

Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero concordar com partes do pronunciamento do Deputado Antonio Anibelli. Primeiro: acho que ele fala corretamente aqui quando fala do caso do Teatro Guaíra em que, realmente, houve um exagero de alguns recalcados que nunca chegaram a lugar nenhum! São aqueles que nunca conseguiram nada e que muitas vezes estão escondidos em alguns cargos, em algumas ONGs ou até alguns empregos indiretamente públicos, ou seja, jornais, rádio ou até televisão, que recebem, indiretamente, do público e que fazem críticas a esta Casa! Nisso eu concordo plenamente com o Deputado Antonio Anibelli.

Quero dizer ao Deputado Antonio Anibelli que eu também saí pela porta da frente do Teatro Guaíra e tivemos que enfrentar os manifestantes da mesma forma que ele enfrentou. Teve gente que saiu por baixo, esse é o direito que cada um tem, um sai por cima outro sai por baixo e assim por diante.

Agora, a Questão de Ordem, Sr. Presidente, acho que os tempos estão mudando. Discordo do Deputado Anibelli, meu amigo e companheiro desta Casa, a quem eu tenho grande respeito, porque se trata de um dos Deputados mais experientes desta Casa, eu sou a favor do voto aberto. Acho que o voto aberto deve, em todos os momentos, prevalecer, até para nós mostrarmos a cara aqui! Cada um mostra de que lado está.

Por exemplo, o nepotismo no ano passado, tinha gente com medo de votar, mas se você tem que votar, vote aberto, mostre seu voto! O Parlamento vem mudando e nós temos que mudar também! Sou a favor do voto aberto, acho que a sugestão foi boa, de mostrarmos a cara, dizer de que lado estamos! Até quando você estiver do lado do Governo e for contra aquilo que estabelece o projeto, diga porquê, mas coloque o seu voto. Sou a favor do voto aberto, sim.

Quanto a essa questão do Regimento Interno do período de recesso, vou dizer a V. Exa., Deputado Anibelli, que V. Exa. tem razão também nas suas colocações. Mas sabe qual é o problema? Muitas pessoas dizem que o Deputado não trabalha, que o Deputado só trabalha quando vem a esta Casa. Não é verdade. O Deputado trabalha todos os dias quando está na sua base. O Deputado

não trabalha só aqui no Plenário. O Deputado trabalha nas Comissões, o Deputado vai a uma Secretaria, o Deputado atende alguém, atende o telefone muitas vezes, hoje tem o celular que o Deputado atende às vezes até de madrugada para resolver problema. O Deputado trabalha sábado, vai a um evento, vai a uma festa. Tem gente que diz: vai fazer o que em uma festa? Ele é o representante do povo que está unido em um festejo. E lá vai o Deputado representar aquele povo. E muitas vezes, ele chega lá e é constrangido e se obriga muitas vezes até a comprar prenda na festa, a dar um prêmio ou assim por diante. Então o Deputado trabalha diretamente todos os dias!

E, Deputado Anibelli, o que o povo pensa e que alguns meios de comunicação dizem é que os Deputados não trabalham! Aí o Deputado acaba trabalhando três dias, só. Mas não é verdade, nós trabalhamos todos os dias. Eu, nesse recesso, Sr. Presidente, trabalhei todos os dias. Além de Deputado sou radialista, levanto todos os dias às 5h00 da manhã. Não moro aqui em Curitiba, eu vou e volto todos os dias pela facilidade que eu tenho de estar próximo, daqui: Curitiba - Ponta Grossa, cento e poucos quilômetros. Vou e volto todos os dias para cumprir a minha função, para poder saber o que está acontecendo na base.

Então, concordo com o Deputado Anibelli em partes e discordo em partes. O trabalhador trabalha todos os dias, de segunda-feira à sábado e aí os meios de comunicação distorcem em relação a isso dizendo que os Deputados só trabalham três dias. Vou votar contrário a V. Exa., com o maior respeito que tenho pelo senhor. Voto a favor. O dia que quiserem, eu venho trabalhar, não tenho problema nenhum, estarei presente em toda as Sessões. Presidente, quero ser um Deputado 100% aqui em todas as Sessões. Só não estarei aqui, se algum dia eu ficar doente, porque nós também temos que colocar um negócio aqui que ninguém fala, um político sofre muito, porque o que o político faz, aqui, analisar os projetos, discutir, a tensão, a cobrança de todos os dias. Às vezes alguém te cobra: “olha, precisa arrumar um lugar para a pessoa no hospital.” Você sai lutando e não consegue, às vezes. Um Deputado sofre muito quando ele tem sensibilidade de atender a população.

Sr. Presidente, quero me colocar contrário ao pronunciamento do Deputado Anibelli. Se quiserem fazer Sessão todos os dias, eu venho, se quiserem fazer Sessão no domingo, me convoquem que eu venho também. Respeito o posicionamento do Deputado Anibelli, sei que ele tem dificuldade porque a base dele é lá no Sudoeste e outros Deputados também têm esse problema. Agora, o meu posicionamento é de que nós podemos, sim, estar presentes aqui sempre que convocados.

Queria votar também para acabar com as Sessões Extraordinárias, aquela questão de receber, até para ninguém ficar fazendo discurso. E finalmente, quero repudiar aqueles que somente atacam os Deputados. Por que não atacam os artistas da Rede Globo que recebem altos salários e que diretamente quem paga é o Poder Público?

Sr. Presidente, mandei um e-mail ao Senador Álvaro Dias que é um “tesão”, mandei um e-mail que é um espetáculo, perguntando ao Presidente Lula quanto custou a campanha do Banco do Brasil, o Banco do Fulano, o Banco do Cicrano, o Banco do João, o Banco da Maria e mandei um e-mail ao querido Senador Álvaro Dias, em quem votei com muita honra e alegria e trabalhei na sua campanha, mandei um e-mail a ele, sugerindo que ele também faça um pedido de informação lá no Senado, para nos informar quanto ganha a Rede Globo, a nível nacional. Quando recebe, de todos os locais, autarquias, bancos. Eu gostaria de saber isso. Nunca ninguém teve coragem de perguntar. Eu enviei isso a ele, porque é muito fácil falar mal de político. Agora, quem paga a grande maioria da grande imprensa, é o Poder Público. É o Poder Público que recebe os grandes recursos.

Por isso, voto a favor do requerimento para que trabalheemos do jeito que quisermos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente, o assunto que tem despertado interesse e destaque na mídia, é o recesso parlamentar. Algumas Câmaras de Vereadores já adequaram os seus Regimentos, os seus procedimentos a respeito dos dias de Sessões. Quero colocar, Presidente Nelson Justus e Deputado Alexandre Curi, e dizer que tenho uma dedicação exclusiva ao mandato de Deputado. É a quinta vez que tenho a honra de estar nesta Casa como Deputado Estadual. Tenho uma dedicação exclusiva total. A minha vida é o mandato de Deputado. Quero colocar a minha posição também. Defendo, respeito o meu querido amigo de quarenta anos, Deputado Antonio Anibelli, por quem tenho grande carinho. Respeito a memória do seu saudoso pai.

Quero dizer que é muito difícil para nós, Deputados, explicarmos para o povo por que é que o Deputado tem três ou quatro meses de férias, em que pese o bom Deputado, que no final de semana vai percorrer a sua base, vai dar atenção aos Prefeitos e Vereadores. Aos olhos do povo fica difícil explicar e argumentar, por que tanto tempo de férias para os Parlamentares.

Pessoalmente entendo, não temos que ter tratamento privilegiado nenhum. Não devemos ter um dia a mais de férias, além do período normal de férias que é dado ao trabalhador brasileiro, de no máximo, trinta dias. Coloco aqui a minha posição. Não devemos querer ter mais férias do que as férias pagas ou concedidas. Eu digo pagas, porque às vezes, o trabalhador vende uma parte das férias para poder pagar um pouco do agiota com quem ele se enterrou. Defendo que deveria se ajustar o nosso período de trabalho.

Nada de diferente da classe trabalhadora brasileira, ou seja, que nós Deputados, deveríamos ter Sessão no

mínimo, de segunda a sexta. Já tem o sábado inglês, que seria para descansar até o meio-dia, mas eu acho que deveríamos trabalhar no período idêntico ao dos trabalhadores e não ter nenhum privilégio a mais. Essa é a minha posição. Férias de trinta dias, está para lá de bom para todos nós, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Serei breve. Esse assunto vem sendo debatido, desde que V. Exa. colocou o nome à disposição para concorrer à Presidência da Assembléia Legislativa. Todos os Deputados aqui, todos, sem exceção, que votaram em V. Exa. e nos demais componentes da Mesa Executiva, inclusive o Deputado Anibelli que faz parte da Mesa, sabiam de antemão qual era a posição do Presidente. Não acredito que nenhum Deputado, sob nenhum argumento, possa vir aqui com qualquer justificativa, e eu não acredito que seja para desqualificar, dizendo que faltou tempo para fazermos esse debate. A primeira condição é essa. Os Deputados e Deputadas que estão aqui são extremamente inteligentes, responsáveis e sabem que votaram num projeto, e quando votaram num projeto, entre outras questões, havia uma que dizia que seria reduzido o recesso parlamentar na Assembléia Legislativa e, que o senhor, por diversas vezes - estou me referindo a V. Exa, porque foi na sua pessoa que veio a público este debate - por diversas vezes V. Exa. se manifestou favorável à redução do recesso.

Então, eu não quero aqui criar uma polêmica que eu acho que é desnecessária, até porque a Bancada do PT já de antemão se manifestou, na pessoa do seu Líder o Deputado Elton Welter, favorável à aprovação do projeto em pauta. Mas, acho que não podemos sair daquilo que é razoável, sair daquilo que é minimamente compreensível para as pessoas que têm um mínimo de inteligência.

A Mesa assinou e o projeto é da Mesa, Sr. Presidente. A Mesa assinou como um todo esse projeto. Eu não sei se o Deputado Anibelli não assinou o projeto, mas me parece que assinou também, como 1º Vice-Presidente. Obviamente que quando assinou sabia qual era a proposta. Então, o Deputado Anibelli está dizendo que não assinou. É uma pena, porque todos os demais Deputados puderam assinar.

Então, acho que o prazo que tivemos já foi suficiente e, espero que nós votemos hoje, que aprovemos e que definitivamente viremos essa página da história.

Muito obrigado.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu queria me manifestar com relação a esta discussão, com o seguinte questionamento.

Lembro que no ano passado, no mês de janeiro, ligou-me uma repórter da Rede Globo, estava sendo discutido, em Brasília, esse assunto. Ela perguntava: “o senhor é a favor ou contra o recesso?” Eu disse para ela: você ligou para mim, aonde? Ela disse: “para o seu gabinete.” Era em janeiro, eu disse: eu não tenho nenhum problema de diminuir o recesso, ou não ter nem recesso, eu estou trabalhando. Agora, vejam os outros.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, da minha posição sobre isso. Isso não passa de uma cortina de fumaça da imprensa. Não adianta não ter recesso nenhum, tem Deputado que não vem aqui nunca. Eu sempre questioneei, cobreí da Casa. Quero agora aproveitar e dizer a V. Exa.: não adianta diminuir o recesso. Tem um Deputado que no ano passado, não chegou a vir um dia por mês.

A imprensa pergunta: “eles recebem igual?” Recebem igual, não, recebem muito mais, porque não vêm aqui, não gastam em nada, não tem gente nem no gabinete. Recebem igual e aqui se trabalha.

Então, Sr. Presidente, diminuir o recesso para a imprensa divulgar, não adianta nada. É ter um controle rigoroso da frequência, aqui na Casa.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Questão de Ordem)

O Deputado Tadeu Veneri, que não teve o seu projeto aprovado na legislatura passada, ele afirmou que eu assinei esse projeto. Eu pergunto a V. Exa. se tem assinatura desse Deputado e de quais membros da Comissão Executiva?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não. Absolutamente, não. A Presidência, a 1ª Secretaria, a 2ª Secretaria.

Eu vou esclarecer isso, para deixar as coisas bem claras. Antes de mais nada, vamos por partes, não está em discussão aqui...

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Questão de Ordem)

Então, está respondido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está respondido.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Questão de Ordem)

Não tem a minha assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não, absolutamente.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Questão de Ordem)

O Deputado Tadeu Veneri, também, não assinou.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não, está equivocado. Também não.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Questão de Ordem)

Também não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está equivocado.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Questão de Ordem)

Como o Deputado Tadeu Veneri é um homem muito correto e exige tudo bem certinho como deve ser, eu fiz uma Questão de Ordem a V. Exa. do artigo 190. Se estiver publicado no Diário da Assembléia, eu retiro e aceito a ponderação de V. Exa. e vou votar contra. Mas, se não tiver, quero que V. Exa. abra a publicação, publique, abra aos Deputados, que nós não podemos, no início de uma legislatura, já fazer os Deputados “comer barriga”, como, talvez, nós mais velhos estamos comendo. Por isso essa estranheza.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa passa a responder a Questão de Ordem levantada pelo Deputado Antonio Anibelli.

Esta Presidência tem um respeito extraordinário pelo Deputado Anibelli, de quem é amigo desde a infância, e fez questão absoluta de tê-lo como 1º Vice-Presidente, que é uma honra, um privilégio.

Importante que fique claro, e eu até particularmente concordo com a preocupação de V. Exa. ser concluído no dia 22 de dezembro. Cria alguns embarços. Cria! Sou eu, em que pese resida aqui em Curitiba sei da dificuldade do dia 22 de dezembro. Sei perfeitamente. Quando V. Exa. levantou esse problema eu disse - está aí uma oportunidade para rever essa questão.

No entanto, Deputado Antonio Anibelli, V. Exa. que sem dúvida nenhuma, irá ocupar esse meu posto - não tenho dúvida disso - V. Exa. quando sentar aqui não vai em hipótese alguma rasgar o livrinho. Foi aberto o prazo para que todas as V. Exas. emendassem o projeto. Foi publicado no Diário da Assembléia Legislativa, fiz questão de que a minha assessoria trouxesse porque eu despachei, faço questão de ler o despacho; “Recebi do Protocolo e se publique em Avulso no Diário da Assembléia para conhecimento dos Srs. Deputados. 5º ADL para providências. Em data de 26 de fevereiro”.

V. Exas. receberam a publicação disso, eu recorde, em que pese concordar, *in totum*, com a dificuldade que teremos dessa PEC ser aprovada, o recesso começar no dia 22 de dezembro, que pode às vezes cair numa sexta-feira. Imagine a complicação. Mas nós não corrigimos essa data quando ela poderia ser corrigida. Agora não há condições de corrigi-la através de uma emenda, porque esgotou o prazo, quase que semelhante àquilo que nós tivemos que fazer ontem.

Perdoem-me V. Exas., *datíssima vênia*, tenho que depois de ouvir a todos os encaminhamentos das questões colocar em votação. Há o item 1 a 1ª Discussão da PEC 035/07, porque só nos resta votarmos SIM ou NÃO.

Se houver 33 votos SIM, a PEC estará aprovada. Caso contrário ela estará rejeitada.

Como Presidente da Casa, não me resta outra alternativa senão agir desta maneira. Conto, sei disso, com a cooperação e a compreensão de V. Exa. Por essa razão está em votação e solicito ao 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Só queria dar uma informação a V.Exa. que acabei de receber a agenda da UNALE nossa e o dia 22 de dezembro cai no sábado.

Então, automaticamente, as Sessões deste ano aprovado no Regimento, a última Sessão vai cair na quarta-feira, dia 19.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente quero dizer ao Deputado Jocelito que no dia 19 de dezembro é o dia do Paraná, felizmente é feriado estadual. Se nós formos ver na folhinha, o Carnaval é dia 6 de fevereiro, não vai ter início das Sessões. O calendário muda. É só para não fazermos aquilo que o Congresso faz e sermos carimbados.

Nós queríamos que o Congresso tivesse votado o aumento dos Deputados, aí nós estaríamos copiando. Talvez eu também proponha para não ser aplicado o aumento lá em Brasília, para satisfazer a imprensa e alguns Deputados metidos a moralistas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a aquiescência de todos solicito ao 1º Secretário Deputado Alexandre Curi que proceda à chamada nominal, lembrando aos Srs. Deputados que aqueles que forem favoráveis à Proposição nº 035/07, portanto Proposta da Emenda Constitucional, deverão votar SIM e aqueles que forem contrários, votarão NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Alexandre Curi)

(Inicia a chamada nominal dos Srs. Deputados, respondendo e votando os seguintes):

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Diante dos fatos alegados em favor dos nossos Deputados e funcionários, NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Alexandre Curi)

(Prossegue a chamada nominal)

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente, voto SIM, mas fazendo a ressalva...(absolutamente inaudível).

O SR. 1º SECRETÁRIO (Alexandre Curi)

(Prossegue a chamada nominal)

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Com referência à convocação e à desconvocação eu sou totalmente favorável, o meu voto é SIM. Com referência ao recesso, gostaria de discutir, porém meu voto fica prejudicado, eu tenho que votar SIM. Na verdade, metade seria SIM e metade seria para discutir. Mas, pela pauta, tenho que me render e votar SIM.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Alexandre Curi)

(Termina chamada nominal dos Srs. Deputados para votação).

Quarenta e um Deputados votaram.

Quarenta votaram SIM, um votou NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está aprovado em 1ª Discussão. O projeto retorna, após cinco sessões, para a 2ª Discussão.

Discussão Única (Proposição)

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 07/07, veto apostado ao Projeto de Lei nº 223/06, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que autoriza o Poder Executivo Estadual a instalar uma unidade da Delegacia da Mulher no Município de Sarandi/PR. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 349/06

Curitiba, 22 de dezembro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 357/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 223/06, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 223/06 encontra-se publicado no DA nº 132/06, de 27/11/06, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 07/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 223/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, vetado pelo Governador do Estado, objetiva instalar uma Unidade da Delegacia da Mulher no Município de Sarandi com remanejamento de recursos orçamentários previstos pela lei sob veto.

A Comissão de Constituição e Justiça através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo determinado pelas Constituições Estadual e Federal, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Diante do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição do veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 05.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

Em votação.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para Encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Este veto que foi apostado pelo Governador Requião o foi por conta da flagrante inconstitucionalidade, porque se fosse uma indicação de uma necessidade de uma política administrativa seria possível, mas carece obviamente de fundamento constitucional.

Por isso, nós encaminhamos pela manutenção do veto.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só para registrar a presença do Vereador de Araruna, Dr. Genésio Marques de Souza. Quero agradecer a presença dele nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Seja bem-vindo Vereador! Fica registrada a sua presença.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Gostaria de registrar a presença do Prefeito de Doutor Camargo, Alcídio Delapria e do Vereador Alcides Iofantes.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Seja bem-vindo, Prefeito!

Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação do Item nº 02.

Lembrando que votando SIM é favorável ao veto e votando NÃO é favorável ao projeto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Alexandre Curi)
(Procede à chamada nominal).

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente, em plena véspera do Dia Internacional da Mulher, nos vemos na situação nada confortável de termos de votar um veto do Governador Roberto Requião do projeto do Deputado Padre Paulo, que pede a instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Sarandi. Em se tratando até da véspera do Dia Internacional da Mulher, em respeito às mulheres, eu voto pela derubada do veto do Governador.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência apenas lembra a V. Exas. que não há justificativa de voto na questão do veto.

Apenas, para que V. Exas. votem SIM ou NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Alexandre Curi)

(Termina à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação)

Quarenta e quatro Deputados votantes.

Trinta e dois SIM, doze NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está mantido o veto. Rejeitado o projeto.

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 18/07, veto apostado ao Projeto de Lei nº 485/05, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que institui o Sistema de Número Fechado para unidades prisionais e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 366/06

Curitiba, 22 de dezembro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 403/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 485/05, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo instituir o Sistema de Número Fechado de Presos nas unidades prisionais do Estado, subordinadas à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania e à Secretaria de Estado da Segurança Pública.

O projeto de lei em referência é inconstitucional porque fere o artigo 135, incisos I e II, da Carta Estadual,

tendo em vista que, caso sancionado, implicaria em despesas não previstas na “Lei de Meios” para o corrente exercício. Quanto ao fato de ser contrário ao interesse público e, também, de difícil exequibilidade, tal assertiva é demonstrada pelos pareceres das Secretarias de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU e da Segurança Pública - SESP, anexados por cópias autênticas.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 485/05 encontra-se publicado no DA nº 138/06, de 05/12/06, em Redação Final).

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
E DA CIDADANIA**

Departamento Penitenciário do Estado

Divisão Jurídica

PARECER Nº 017/DIJUR

Referência: Projeto de Lei nº 485/05

Sistema de Número Fechado para as Unidades Prisionais

O Sr. Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania encaminha, para manifestação deste Departamento Penitenciário, o Projeto de Lei nº 485/05 que tramita na Assembléia Legislativa, o qual institui o Sistema de Número Fechado para as unidades prisionais do Estado e dá outras providências.

A propósito, esta Divisão Jurídica pondera o seguinte:

1) Compete ao Estado legislar concorrentemente com a União sobre direito penitenciário, cabendo à União as normas gerais e aos Estados as normas suplementares (artigo 24 da Constituição Federativa do Brasil).

Na execução das penas, portanto, cabe às unidades federativas a gestão prisional, isto é, tomar as providências de natureza administrativa no sentido de efetivar o cumprimento da pena visando, principalmente, a reintegração social do condenado.

2) Um dos problemas mais graves do Sistema Penitenciário Brasileiro tem sido a superpopulação dos estabelecimentos prisionais, sendo oportuno que o Estado estabeleça a real capacidade de cada uma de suas unidades prisionais.

O projeto de lei, ora em análise, no entanto, vem determinar ao Poder Executivo cumprimento ao que dispõe a Lei de Execução Penal:

“Art. 85. O estabelecimento penal deverá ter lotação compatível com a sua estrutura e finalidade.

Parágrafo Único. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária determinará o limite máximo de capacidade do estabelecimento, atendendo a sua natureza e peculiaridades.”

3) Quanto à obrigação do Poder Executivo de construir ou adaptar o imóvel, no prazo de 180 dias, para receber os presos excedentes, conforme consta do parágrafo único do artigo 2º do referido projeto de lei, devemos salientar que não depende, simplesmente, de decisão política, mas de suporte orçamentário e financeiro, bem como, de cumprimento às normas de licitação, o que entendemos ser inexecutável o cumprimento do prazo estipulado.

4) A separação de presos provisórios e condenados já vem ocorrendo em nosso Estado, em cumprimento ao que determina a Lei de Execução Penal que dispõe:

“Art. 84. O preso provisório ficará separado do condenado por sentença transitada em julgado.

§ 1º O preso primário cumprirá pena em seção distinta daquela reservada para os reincidentes.

§ 2º O preso que, ao tempo do fato era funcionário da Administração da Justiça Criminal ficará em dependência separada.”

5) Sendo o principal objetivo da pena a readaptação do sentenciado ao convívio social e a prevenção à prática de novos delitos, se faz necessário que o mesmo seja recolhido em estabelecimento adequado, onde receba a assistência que a Lei de Execução Penal impõe em seus artigos 11 a 24, ou seja, assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa, de forma a garantir um efetivo tratamento penal.

Para a consecução destes objetivos há que se ampliar o número de vagas nos estabelecimentos do Sistema Penitenciário. É o que vem ocorrendo no atual Governo, com a construção de novos estabelecimentos que criará cerca de onze mil vagas que possibilitará, em breve, a transferência, tanto dos presos condenados como de provisórios que se encontram sob a guarda da Polícia Civil em delegacias e cadeias públicas.

6) No que se refere às cadeias públicas a Lei de Execução Penal determina:

“Art. 102. A Cadeia Pública destina-se ao recolhimento de presos provisórios.

Art. 103. Cada Comarca terá, pelo menos uma Cadeia Pública a fim de resguardar o interesse da Administração da Justiça Criminal e a permanência do preso em local próximo ao seu meio social.”

**ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
ASSESSORIA JURÍDICA**

Informação nº 1217/05-AJ - fls. 03

Não resta dúvida que é preocupante, tanto para as autoridades como para a própria população, o grande número de presos no Estado. São gigantescos os investimentos na construção de estabelecimentos penais, com a destinação de recursos que poderiam ser aproveitados em outras áreas também prioritárias, como saúde, educação e habitação.

É de conhecimento geral, que as constantes rebeliões nos presídios brasileiros resultam da superlotação e da falta de infra-estrutura para abrigar os condenados de forma mais humana, por isso, entendemos, como já se referiu a Delegada Divisional, que o referido projeto viria de encontro aos anseios dos policiais civis (se existissem recursos disponíveis), que poderiam se encontrar no exercício de suas verdadeiras funções, em benefício da sociedade.

Concluindo, opinamos pela inviabilidade de momento do projeto em questão pelos motivos acima mencionados, entretanto, entendemos que é urgente a definição de uma estratégia de longo prazo para a continuidade da construção de estabelecimentos penais padronizados, como já iniciado em nosso Estado, dando seqüência a definição de um padrão técnico especial já desenvolvido e aplicado nos projetos de construção realizados, vez que esses projetos e construções requerem características especiais, por não poderem ser elaborados com as normas de edificações comuns que em nossos dias são motivo de fugas de delinqüentes perigosos, colocando em risco a tranqüilidade pública.

É a informação.

Curitiba, 24.11.05.

(a) ENIEL ELCELY DA SILVEIRA

Advogado OAB/PR nº 3.138

APROVO.

Encaminhe-se ao Gabinete/SESP.

(a) ANDRÉIA PIRES DA COSTA

Assessora Jurídica

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
E DA CIDADANIA**

**Departamento Penitenciário do Estado
Divisão Jurídica**

O preso provisório deve estar próximo de onde se desenvolve o inquérito policial e do Juízo onde tramita o processo criminal, uma vez ser necessária sua presença para a realização das investigações, interrogatórios, audiências e julgamento.

Para que a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania assuma a organização, a administração, a coordenação, a inspeção e a fiscalização das cadeias públicas, é necessário que os referidos imóveis sejam adaptados às condições adequadas ao tratamento e assistência aos presos provisórios, bem como no atendimento aos seus familiares, conforme prevê a Lei de Execução Penal em seu artigo 88 e parágrafo.

É uma tarefa que precisa ser melhor analisada, devido sua complexidade, não sendo possível determinar prazo para a sua concretização.

É o parecer S.M.J.

Curitiba, 09.09.05.

(a) DIVONSIR TABORDA MAFRA

DIJUR/DEPEN

**ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
ASSESSORIA JURÍDICA**

Protocolo: 8.685.049-4/05-SESP

Interessado: ALEP(Dep. José Domingos Scarpellini)

Assunto: Projeto de Lei nº 485/05 - Estabelece número fechado para as unidades prisionais

INFORMAÇÃO N° 1217/05-AJ

1) Trata-se de um Projeto de Lei nº 485/05, de iniciativa do Deputado Estadual José Domingos Scarpellini, que estabelece número fechado para as unidades prisionais.

2) A matéria em questão é justificada com a alegação de que tal projeto busca uma melhoria no tratamento penal atualmente inadequado, pernicioso, e pela inutilidade dos métodos empregados no tratamento de delinqüentes habituais e multi-reincidentes, bem como, pelas conseqüências maléficas para os infratores primários, ocasionais ou responsáveis por pequenos delitos, os quais na intimidade do cárcere, são submetidos às sevícias da corrupção e perda paulatina da aptidão para o trabalho.

Encaminhado ao Departamento da Polícia Civil, para análise e manifestação, quanto ao proposto no presente projeto de lei, aquela Corporação se manifestou primeiramente através da Delegada Divisional, da Divisão de Investigações Criminais, louvando a iniciativa o proponente, com a ressalva que o artigo 64 da Lei de Execuções Penais, remete ao Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária, a iniciativa de estabelecer regras quanto ao funcionamento dos estabelecimentos penitenciários e Cadeias Públicas, estas segundo a manifestante, administradas irregularmente pela Polícia Civil.

Posteriormente, o assessor jurídico na Informação nº 152/05, entende que o projeto não apresenta qualquer novidade, a não ser a constatação da realidade existente nos estabelecimentos penais e Delegacias do Estado, onde presos condenados são mantidos por tempo indeterminado cumprindo pena, por falta de espaços físicos disponíveis no Sistema Penitenciário do Estado.

Concorda que a medida proposta, no que se refere aos presos sob a guarda da Polícia Civil, encontra amplo apoio aos anseios da Instituição Policial, que há décadas assume, com grande dificuldade, encargos da Pasta da Justiça, contrariando o disposto na Lei de Execuções Penais.

Por outro lado, o proposto, não é viável, pois o Estado não dispõe de recursos suficientes para a execução do projeto em tão curto espaço de tempo, mesmo porque, com tão exíguo prazo (180 dias) não haveria tempo hábil para os procedimentos licitatórios, como determina a Lei nº 8.883/94, com suas alterações.

3) Concordamos com o ilustre assessor jurídico do Departamento da Polícia Civil - DPC, entendendo que superlotação do sistema prisional brasileiro é apontado como uma das maiores dificuldades no combate à violência e um empecilho para os trabalhos de recuperação do infrator, pois, como já foi dito acima, a falta de vagas nos presídios provoca uma outra situação irregular: cadeias públicas servindo como local para cumprimento de penas.

É de nosso conhecimento que tramita na Câmara um projeto de lei de autoria da Deputada Iriny Lopes (PT-ES), que prevê o repasse de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para as Prefeituras dos Municípios que possuem presídios.

Sabemos também que ocorreu em nosso Estado reação dos Municípios negativamente à construção de estabelecimentos penais em seus limites, embora esses estabelecimentos se concentrem em áreas mais isoladas dos Municípios menos desenvolvidos economicamente.

Segundo pesquisa feita por esta assessoria: “O projeto de lei altera a destinação do FNSP, que já prevê o repasse de recursos para programas de policiamento comunitário e implantação do Conselho de Segurança Pública.”

Iriny acredita que a aprovação da proposta servirá de incentivo para que mais Municípios aceitem a construção de presídios em seus territórios. “É notória a carência de recursos para a implementação de projetos sociais destinados à redução e prevenção da criminalidade. Esses recursos chegarão aos Municípios de forma compensatória e poderão ser usados em projetos de apoio à população local e aos familiares dos presos.”

Embora dentro de suas possibilidades, o Estado do Paraná já investiu e continua investindo na construção de estabelecimentos penais com estrutura moderna, mais adequados para a execução das penas, separando infratores primários de presos de alta periculosidade, o que aliviou sobremaneira Delegacias de Polícia que abrigavam (irregularmente) presos condenados, o que consideramos ser um começo significativo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 18/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 485/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo instituir o Sistema de Número Fechado de Presos nas unidades prisionais do Estado subordinadas à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania ou à Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto.(grifo nosso)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 05.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

Em votação.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

O Projeto de Lei nº 485/05, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, embora o legislador tenha tratado do tema de uma forma extremamente aprofundada, temos que reconhecer que os pareceres elaborados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Justiça e da Cidadania retificam um conjunto de questões, que demonstram contrário interesse público, embora reconheçamos que o projeto seja muito bem intencionado e ao mesmo tempo, flagrantemente, inconstitucional.

O Governo tem feito um grande investimento, são dez novos estabelecimentos prisionais - nunca se construiu tantas prisões, penitenciárias, cadeias públicas no nosso Estado. Lamentável, aliás, diga-se de passagem. Mas é o reconhecimento do tamanho da nossa sociedade, ao mesmo tempo, de uma crise que se vive nessa área, em função da violência. Mas todos esses estão sendo feitos e, certamente, creio eu que até vai se chegar em um momento que esse projeto, essa intenção que é boa, do Deputado Scarpellini, seja possível. Mas, agora, é claro, flagrantemente inconstitucional pelo vício de iniciativa, encontrar interesse público por não prever a questão que envolve. Não é uma decisão política, igual a essa, é uma questão muito mais ampla.

Por isso, encaminhamos, embora reconhecendo os méritos do projeto, para manter o veto, que foi apostado pelo Sr. Governador a esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, quero discordar do eminente Líder do Governo, quando ele alega a inconstitucionalidade desse projeto. Primeiro, a intenção do Deputado Scarpeolini, eu gostaria que os Srs. Deputados atentassem para essa questão, que é a de regulamentar a questão dos presídios deste Estado. E se aprovado esse projeto, ele automaticamente obriga ao Governo do Estado a construir presídios dentro da necessidade.

Nós estamos aqui e vemos todos os dias nas televisões o problema nos presídios. Por essa razão, nada mais, nada menos é a exigências de que os presídios tenham um número não maior do que possam atender. É uma regulamentação necessária, constitucional, na qual peço aos Deputados que votem NÃO ao veto do Sr. Governador.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados. Lembrando que voto SIM será a favor do veto e voto NÃO a favor do projeto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Alexandre Curi)

(**Procede à chamada nominal para a votação**)

Quarenta e quatro Deputados votaram, sendo 26 SIM e dezoito NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está mantido o veto e rejeitado o projeto.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Apenas para lembrar aos nossos companheiros Deputados e Deputadas desta Casa, bem como à imprensa, funcionários e convidados que aqui se encontram que amanhã, às 09h00, no dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher, no Plenarinho desta Casa, o Deputado Tadeu Veneri, em conjunto com as Deputadas, estaremos em uma Audiência Pública sobre a Violência Contra a Mulher, e às 10h00 em Sessão Plenária, que V. Exa. já convocou. Nós mulheres, as Deputadas: Deputada Beti Pavin, a Deputada Luciana Rafagnin e a Deputada Rosane Ferreira, vamos estar recepcionando as mulheres do Paraná, homenageando algumas mulheres de destaque da nossa sociedade em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, e vamos contar com a presença dos nossos colegas Deputados, bem como de suas esposas, também da imprensa paranaense e convidando aqueles que se fazem presentes neste momento.

Lembrando ainda, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer uma justificativa de voto do item 2 da pauta, porque na Cidade de Maringá a 9ª SDT que é responsável, a delegacia é responsável pela Cidade de Sarandi. Portanto, quando nós colocamos a nossa posição aqui sobre a implantação da Delegacia da Mulher

em Sarandi, já existe uma em Maringá que é responsável também por Sarandi.

Então, era esta a nossa justificativa. Dr. Brandão é o responsável por Maringá e a Dra. Elza pela Delegacia da Mulher, que responde por Maringá, também toda a Região Metropolitana e, portanto, por Sarandi também.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência solicita a V. Exas. que ocupem os seus lugares para que evitemos que as Lideranças partidárias sejam prejudicadas na questão dos requerimentos, aliás, fato que ocorreu na tarde de ontem quando o Deputado Luiz Cláudio Romanelli aquiesceu ao requerimento apresentado pelo Deputado Luiz Carlos Martins e a imprensa, de maneira errada, declarou que o mesmo tinha dormido no ponto, o que não ocorreu. Em virtude desta confusão, o Deputado deixou passar porque achava efetivamente que o requerimento, o pedido de informações do Deputado Luiz Carlos Martins procedia.

Por esta razão, eu solicito que V. Exa. ao se aglomerarem ao lado dos Líderes, os atrapalham, e nós tivemos que nos socorrer hoje do vídeo das Sessões, porque nós temos a gravação de todas elas que vão para a Taquigrafia e que depois vão para a Ata.

Por esta razão, tudo aquilo que é dito aqui, que é comentado, é devidamente documentado, fazendo com que nós não possamos incorrer em algum erro mais tarde.

Por esta razão, em benefício das Lideranças que eu solicito que V. Exas. ocupem seus lugares, deixando o Deputado Romanelli, assim como o Deputado Rossoni, e todos os Líderes dos Partidos à vontade para expressarem-se quando algum requerimento for contrário ou para discussão, para encaminhamento ou seja o que for.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 232, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, o pedido de informação, via de regra, é um instrumento que todos nós no Parlamento, claro, acolhemos. Eu ponderei ao Deputado Marcelo Rangel, autor do requerimento, que o requerimento dele é muito amplo. Eu queria um pouco me ater a este tema, Sr. Presidente, do ponto de vista dos requerimentos de pedido de informações. Eu penso que nesta Casa é neces-

sário que os requerimentos tenham um fato determinado, especifiquem exatamente aquilo que é necessário para que o Parlamentar tenha esclarecimento do tema que está sendo tratado. O tema tem que ser relevante. O pedido de informação é para um tema que seja relevante e todos os temas que forem com fato determinado, específico, esta Liderança do Governo encaminhará para que o requerimento seja aprovado.

O requerimento que o Deputado Marcelo Rangel apresenta é um tema interessante, só que na minha avaliação, na nossa avaliação, aliás, feita, ele é muito largo, muito amplo, porque ele abrange dois períodos de Governo, sem especificar exatamente aquilo que ele está procurando. Se o Deputado Rangel, ele, ou mandar a assessoria técnica dele acessar o site www.gestaododineiropublico.gov.br vai encontrar toda resposta do que ele está solicitando em relação aos gastos com publicidade e propaganda.

Agora o requerimento, da forma como ele está especificado, Sr. Presidente, vou repetir, quase tem o efeito de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a propaganda, em função da amplitude do requerimento. Por isso, eu quero pedir a V. Exas., a todos os Deputados, bom senso. Desculpe, não lhe falta bom senso, muito pelo contrário, sua intenção é extremamente positiva, mas o bom senso, no sentido do requerimento, tem que ter um fato determinado, tem que ser específico, para que possamos, de fato votar.

Por isso nós encaminhamos contrário à aprovação do requerimento, única e exclusivamente pela amplitude do requerimento.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, desde o início de nossa nova legislatura estamos votando projetos em favor da transparência pública. O meu pedido tem essa razão, eu não estou solicitando uma CPI e também não é um ato de desconfiança, estou apenas solicitando informações sobre os investimentos. Eu não citei gastos aqui, citei investimentos que o Governo do Estado faz nos órgãos de imprensa do Estado do Paraná, TV, rádio e jornais. O pedido é extremamente direto e, eu gostaria que o Secretário de Estado Airton Carlos Pissetti me passasse informações a respeito dos gastos em publicidade na administração direta, indireta, fundações e autarquias no Estado do Paraná, nos anos de 2005 e 2006.

Gostaria de fazer um pedido, especialmente aos Deputados da Base Governista porque tenho certeza absoluta que se nós aprovarmos esse pedido de informações nós estaremos dando uma resposta a todos os paranaenses de que esta Casa está realmente intencionada a votar com transparência, por transparência pública em todos os setores, até mesmo no Executivo.

Gostaria de pedir também aos oposicionistas para que, dessa maneira, com este pedido que estou fazendo,

não para os Deputados mas sim para a sociedade, pedir democratização no emprego do erário público nos órgãos de comunicação. E é claro, tenho certeza que o povo também estará a favor desse requerimento. Peço a todos, principalmente à Bancada do PPS, para votar a favor do nosso requerimento e agradeço.

Muito obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ (PFL) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, eu acompanho o requerimento do Deputado Marcelo Rangel, que pede informações sobre quanto se gastou em publicidade nos anos de 2005 e 2006 e com quem foi gasto.

Quero aqui só lembrar aos Deputados da Base do Governo que esse pedido de informações foi feito já, no começo de 2003 com relação ao Governo anterior e o Palácio Iguaçu prontamente atendeu, mostrando pontualmente quais os órgãos que receberam os recursos da Secretaria de Comunicação, os valores que foram gastos, ano a ano. E agora, naturalmente com a nossa prerrogativa de fiscalização é natural que nós, Deputados, possamos saber onde estão sendo gastos os recursos públicos na área da divulgação, da comunicação e naturalmente com quem está sendo gasto. Porque é natural que, historicamente, os que governam acabam investindo nos meios de comunicação que são favoráveis a ele, e os meios de comunicação que são contrários ao Poder geralmente não recebem absolutamente nada do recurso público para fazer as divulgações oficiais.

Então, voto a favor e tenho certeza que essa prerrogativa não podemos perder. Temos que saber, sim, como é que está sendo gasto o dinheiro do povo paranaense, agora é a vez de 2005 e 2006.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, também vou votar favorável a esse requerimento, até porque acho que nós estamos vivendo uma nova era, a era da transparência. Acho que é importante que todos os meios de comunicação, saibam o que está acontecendo. E sou autor de um projeto nesta Casa, que todas as publicidades do Governo, a partir do dia 15 de janeiro, devem ser expressamente comunicadas à população, inseridas na vinculação, tanto a arte, a produção e a vinculação. Quero dizer que voto favorável ao requerimento do Deputado Marcelo Rangel, mas, quero também dizer que está à disposição daqueles demais Deputados que chegaram agora nesta Casa, que também tenho os documentos do Governo anterior, também tenho aquela farra publicitária do Governo Jaime Lerner nos últimos anos. E foi uma verdadeira farra, até uma rádio em Ponta Grossa foi comprada com dinheiro público. Está à disposição.

Por isso, Sr. Presidente voto a favor.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, o requerimento do Deputado Marcelo Rangel, não tem nada de abrangente, ele apenas diz

o seguinte: 1º) *quais os valores gastos pelo Governo do Estado em publicidade em 2005 e 2006; 2º) especificar esses valores gastos com publicidade pelo Governo do Estado na administração direta e indireta.* É uma coisa clara, transparente. Informações de 2005 já existem, agora as informações de 2006.

Por esta razão, pedimos aos Srs. Deputados que vamos votar com o Governador. O Governador, daquela tribuna disse que estava assinando um decreto de cinco dias. Aí houve uma pequena turbulência e foi revogado o decreto, mas ainda estou acreditando na palavra do Governador. O Governador quer transparência. Acho que está faltando sintonia entre o Líder do Governo e o Governador, porque o Governador afirma da tribuna desta Casa uma determinada situação, dizendo que o Governo vai ser transparente e de repente vemos, aqui, o encaminhamento contrário. Por esta razão, há de esta Casa firmar-se como Poder, acreditando na palavra do Governador e votando favorável a esse requerimento tão bem encaminhado pelo estreante Deputado Marcelo Rangel.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

A pedido do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, faremos a verificação de votação.

Os Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. Vinte e seis Srs. Deputados rejeitam.

Os Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Dezesete Srs. Deputados.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, longe de duvidar do Sr. 1º Secretário que fez a contagem, mas os Deputados que levantaram agora e que votaram a favor do requerimento, eu contei dezessete Deputados sentados. Olha, está longe.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Dezesete Deputados aprovam o requerimento.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

E rejeitados, tinha dezessete sentados, Presidente, quando nós levantamos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência penitencia-se por ter ouvido 26 e é 23. Eu que ouvi mal. Eu ouvi 23 e falei 26. São 23 contrários ao requerimento e 17 favoráveis. Foram 23 a 17. **Está derrubado o requerimento.**

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, peço encarecidamente: o senhor é democrático, dá para contar. Eu peço uma verificação novamente, porque não têm 23 Deputados. Eu não quero duvidar do 1º Secretário, mas não têm quarenta Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nós temos quarenta Deputados na Casa. Temos dezessete que votaram a favor do requerimento e 23 que votaram contra.

O requerimento está rejeitado.

Não me passa pela cabeça que o Secretário erre na contagem.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, só quero fazer um agradecimento aos meus amigos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Requerimento nº 236, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Qual é o requerimento? São vários.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou ler o requerimento.

(Lê o requerimento)

Solicita informações sobre notícias vinculadas pela imprensa referentes à substituição da ligação ferroviária entre Guarapuava e Ipiranga.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Para Encaminhar)**

O Deputado Romanelli está me dizendo que amanhã vai me passar as informações desse caso. Passa-me amanhã, o parecer do Governo sobre esse caso. Peço a retirada desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente retirado pelo autor o requerimento.

Requerimento nº 237, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Acho que é um direito que cada Parlamentar tem. Tenho que insistir numa questão. Quem conhece a estrutura do Estado, sabe que é impossível fazer essa individualização que o Deputado Jocelito está pedindo. Por quê? Porque cada unidade administrativa do Estado e no caso do Instituto Médico Legal, tem unidades, mas tem um conjunto de profissionais que atuam nos mais diversos segmentos, da própria estrutura do Estado. Então, o que ocorre aqui? Se o Deputado Jocelito tem uma questão específica para tratar sobre o Instituto Médico Legal, deve trazer um pedido de informações específico. É de uma natureza tão abrangente que o senhor nem imagina. Eu nem sei, mas deve ter mais ou menos funcionando no

Estado, umas cinquenta ou sessenta unidades do Instituto Médico Legal. Deve ter sim, porque estão sendo criadas em função das demandas. O fato é que é muito complexo. Veja só esse requerimento pela natureza. Se o Deputado Jocelito especificar exatamente o que ele quer, o Governo informa de forma muito objetiva.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o que eu queria acabar é com o sofrimento das famílias do Paraná, porque às vezes, à uma hora da manhã o telefone toca. É uma família desesperada no IML de Ponta Grossa. Outro dia é aqui de Curitiba, outro dia, lá de Guarapuava. Nós que estamos com o telefone celular ligado 24 horas por dia, sempre recebemos alguém desesperado. Às vezes, Sr. Presidente, as pessoas nos ligam para liberar um corpo no IML. Isso é terrível! O IML está fazendo um ajuste. Quando chega

a meia-noite eles não liberam mais corpos. Só no outro dia. Fica a noite toda aquele corpo lá, esperando a hora para ser liberado, às 8h do dia seguinte, porque o médico tem que esperar seis horas, tem que esperar o prazo.

Eu inclusive apresentei um projeto aqui, para diminuir para quatro horas, porque o lugar mais triste de uma cidade, eu costumo dizer aqui, não é o cemitério. O cemitério é um lugar de descanso. O lugar mais triste de uma cidade é o IML, porque lá muitas vezes as famílias são avisadas que de madrugada alguém morreu.

Estou encaminhando, Sr. Presidente, com todo o respeito. Estou só mantendo o encaminhamento da minha matéria.

A pessoa é trazida e a família comunicada que alguém morreu. Muitos desses IMLs não funcionam. Faltam médicos, o cara do carro para ir buscar, falta viatura, faltam funcionários, não tem médico legista.

Lá em Ponta Grossa aconteceu o caso de uma criança, que o cachorro rottweiler mordeu e matou a criança, às 10h da noite e, o corpo só foi liberado no outro dia às 7h da manhã, depois que eu comecei a aprontar um escândalo no rádio e ter que falar até com o Governador.

Então, o que eu estou pedindo, quero saber informações, porque não se arruma, não é sessenta unidades, Deputado Romanelli. O IML no Paraná, se tiver, deve ter uns vinte regionais. É regional o IML, não tem tantos. Eu só quero melhorar o IML. Porque eu não aceito, Sr. Presidente, que quando morre um bacana, alguém importante, daí o IML libera o corpo em quinze minutos. Isso eu não posso concordar. Agora, quando é um pobre coitado que vem lá do interior, a funerária já é avisada, não traga o corpo hoje, só traga amanhã, porque nós não vamos fazer a necrópsia. Eu não concordo com isso. O IML é um lugar de respeito. Eu já alertei o Governador disso, já pedi ao Governador, já pedi ao Secretário Delazari. Nós temos que respeitar o IML. É o lugar mais triste.

Por isso, eu quero essas informações até para ajudar o Governo, a cobrar do Governo para cuidar melhor, porque ninguém está livre, nem eu. Ninguém que está na estrada está livre de um dia desses precisar de um lugar desses.

Muito obrigado.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, como Vice-Líder do PT, quero encaminhar contra os requerimentos do Deputado Jocelito Canto. Sr. Deputado, com todo respeito a V. Exa., nós do PT tiramos posição, aprovamos requerimento, ajudamos a aprovar pedido favorável às informações à COHAPAR. Ontem, o Deputado apresentou novo pedido com relação a SANEPAR.

Eu acho o seguinte: a função principal da Assembléia é realmente fiscalizar, a outra função é legislar. Agora, os pedidos de informação têm que ter um foco, eles não podem servir para ficar azucrinando o Governo. Eu não vejo porquê, Sr. Deputado. O senhor poderia ir na Secretaria, num departamento que o senhor acha que precisa das informações. Eu acredito que o Governador Requião, um Governo democrático, não vai se negar a fornecer as informações que o senhor necessita. Agora, o senhor já tem um pedido de informação feito e aprovado; fez outro pedido de informação, vai precisar de tempo para processar essas informações.

Fui Vereador por oito anos, já fui Situação, já fui de Oposição, eu sei que uma grande quantidade de pedidos de informações, só servem para azucrinar a vida do Governo. Então, eu proponho o seguinte: quando o senhor for a um departamento, a uma secretaria, e lhe for negada a informação, comprovadamente negada do Governo - o senhor que ajudou a eleger esse Governo - sou parceiro para ajudar o senhor aprovar os pedidos de informação aqui. Além do mais eu estou achando estranho esse problema de identidade do Deputado. Qual o motivo dessa indisposição com o Governo, já que o senhor ajudou a eleger este Governo?

Então, eu sou por princípio, nós do PT somos favoráveis ao pedido de informação, tanto é que aprovamos agora, votamos favorável, embora tenha sido reprovado, o pedido de informação do Deputado Marcelo Rangel. Nós fomos favoráveis. Mas tem que ter foco, tem que ter um pouco de coerência. Não dá para fazermos um festival de pedidos de informações aqui! Parece que a Assembléia não tem mais o que fazer aqui do que ficar discutindo pedidos de informação! E pedidos muito amplos! O Deputado Romanelli está certo, tem que ter foco, tem que saber exatamente o que quer! Não pode ser um pedido totalmente amplo que a Secretaria vai ter que botar os funcionários para ficar um tempão buscando informação. O senhor pode ir lá verificar, não tenho dúvidas que o Secretário, o funcionário ou o Governador vai autorizar a

lhe passar essas informações.

(Vozes paralelas)

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Estou ouvindo o debate do Deputado Jocelito e de outros Deputados. Ouvi atentamente o Professor Luizão. Gostaria que V. Exa. determinasse a retirada das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. me perdoe Deputado Jocelito, V. Exa. já encaminhou, não pode encaminhar novamente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Justificativa**)

Quero retirar o requerimento. Quero explicar por que quero retirar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O senhor quer retirar ou encaminhar?
Não cabe mais encaminhamento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Justificativa**)

Eu não estou aqui para azucrinar a vida de ninguém. O Parlamentar está aqui para resolver. Vou retirar o meu requerimento e vou passar ao Vice-Líder do PT para que ele me traga essas informações, já que sou um azucrinador, ele que é Vice-Líder do PT, e como o PT está assim de bem com o Requião, eu retiro para ele me trazer as informações, como o André Vargas era um.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência consulta V. Exa. se o envio de expediente ao Ministro dos Transportes, Dr. Paulo Sérgio Passos, que tem o mesmo tema da questão de Guarapuava também está retirado. Ou encaminhamos o expediente ao Ministro.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Justificativa**)

Só retiro esse para dar condições ao Professor Luizão trazer as informações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Este envio de expediente ao Ministro dos Transportes é idêntico ao requerimento que V. Exa. retirou na questão de Guarapuava.

Em votação o Requerimento nº 238, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior, que requer envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes.

Em votação. Os Deputados que aprovam o envio de expediente, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

A Liderança do Governo é favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimento nº 239, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente da Sessão anterior, pedindo informações ao Governador Roberto Requião. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Esse tema já é amplamente debatido por esta Casa e sobre o qual inclusive as Bancadas coletam assinaturas para poder discutir a eventual instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Penso que esse é um tema que tem que ser debatido, mas com profundidade. Por isso que em função do teor do requerimento, nós encaminhamos pela não aprovação deste requerimento.

Era isto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, eu respeito a opinião do Deputado Romanelli, mas o que estou solicitando são apenas algumas informações. Eu só lamento que tenhamos que ficar nos expondo, até nos tornando inconvenientes, às vezes. Entendo até o que ouvi do Professor Luizão, fazer um comentário contrário à Constituição do Estado, que a função do Deputado é a de investigar, mas eu queria dizer V. Exa. que eu gostaria só de receber os documentos, porque há uma informação de que houve uma aplicação mal feita no Banco Santos com o dinheiro da COPEL.

Eu só quero esta informação. Acho que é uma informação simples, não estou julgando e nem condenando ninguém. O Parlamentar tem o direito, está expresso na Constituição, na Lei Orgânica desta Casa, no nosso Regimento Interno, de que podemos fazer os pedidos de informação.

Só lamento que uma ala do PT, que tanto fiscalizou ao longo dos anos, não queira fiscalizar hoje. Um dos princípios dos Deputados é fiscalizar. E o Deputado, me perguntou a respeito da questão de pedir demais ao Governador, eu realmente tenho muito orgulho de ter votado para o Governador Roberto Requião, gosto do seu jeito. Discordo de algumas coisas com ele e vou discordar sempre que eu achar que deva discordar. Não sou “laranja” de ninguém aqui. Sou um Deputado que quer atuar neste mandato com mais responsabilidade e com mais experiência, que adquiri ao longo de minha estada nesta Casa.

Agora, tudo aquilo que eu achar que deva pedir, vou pedir. O próprio Requião disse, aqui: “aprovem os requerimentos”. O Requião foi Deputado aqui e sempre cobrou isso. Eu só estou fazendo isso. Continuo apoiando o Governo. Sempre voto a favor do Governo. Mas, quando eu tiver minha convicção, como esta Sr. Presidente, vou pedir as informações. Eu acho que não custa

recebermos as informações. Não tem nada contra ninguém. Eu só estou pedindo as informações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. Dezenove rejeitam.

Os Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Doze Deputados aprovam.

Esta rejeitado o requerimento.

Requerimento n° 253, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 260, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Quero dizer que a Liderança do Governo é favorável ao requerimento do Deputado Antonio Belinati.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Belinati permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento n° 261, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 262, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Presidente, é só pedido de informação ou não?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requer providências da Secretaria em relação à construção de um refeitório, de um auditório e reparos no Colégio Estadual Vespajano Mello.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Queria registrar, com muito prazer, a presença do Prefeito de Xambrê, Dr. Rodrigo Jarenko Ziliotto, que está firmando parcerias com o Governo, na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrada a presença do Prefeito de Xambrê. Seja bem-vindo a Casa, Prefeito!

Requerimento n°s 267 e 268, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 276, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 252, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n°s 254 a 257, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 278, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma da artigo 155, do Regimento Interno.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto, inscrito.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, não vou usar os quinze minutos, em respeito ao Professor Luizão, que é o primeiro mandato dele como Deputado, já tem experiência como Vereador.

V. Exa. já pediu para retirar das notas taquigráficas a palavra que o Professor Luizão usou e não vou nem me pronunciar a respeito desse caso.

Lamentei que o Deputado Romanelli não aprovou esse requerimento que coloquei por último, na mesa. Eu queria fazer um elogio ao Governador Requião. O Governador Requião, numa atitude muito bonita, disse pela imprensa que quando assumiu o Governo encontrou algumas irregularidades da Paraná Ambiental e que lá conseguiu recuperar alguns recur-

sos que já tinham sido acertados. Infelizmente, naquela época, acabei fazendo um pedido de informação e, por um lapso, acho, da Paraná Ambiental e do Secretário da época, eu não recebi a cópia das auditorias e dos aditivos que foram assinados e que beneficiaram o Estado do Paraná com mais recursos que vieram.

O Deputado Romanelli não conhecia o teor do meu requerimento que pede, apenas, os aditivos, o lucro que o Paraná teve. O Paraná teve lucro: antes era tanto e agora é tanto. Então, ganhou o Paraná. É uma atitude bonita do Governo e eu queria mostrar isso ao Paraná, só que não recebi, naquela época. Sinceramente, naquele momento, achei que tinha recebido e não recebi. Agora, complemento aquele requerimento pedindo informações, os aditivos da Paraná Ambiental e, ao mesmo tempo, eu peço a cópia das auditorias que foram feitas no que se refere a Paraná Reflorestadora, que é um tema muito discutido neste Estado.

Professor Luizão, com todo respeito que tenho por V. Exa., em relação ao que V. Exa. disse, aqui, vou respeitá-la porque foi sua primeira participação. Acho que o Partido dos Trabalhadores, que tenho grandes amigos, não costuma generalizar, dizer que todos têm problemas. Eu mesmo sou simpatizante de muitos membros do Partido dos Trabalhadores, V. Exa. sabe disso. O Deputado Péricles que está aqui e outros, já fomos adversários e hoje conversamos, somos amigos.

Enfim, queria apenas dizer a V. Exa. que gosto do Governador Requião, sim. E questiono porque gosto deste Governo. E vou questionar sempre. Toda vez que precisar, questiono, brigo com o Requião muitas vezes por telefone, para o bem do Governo. Um Governo que ajudei a eleger com muito orgulho, contrariando o meu Partido. O meu Partido não apoiou o Governador Requião, mas eu tinha uma dívida para pagar. Não uma dívida financeira, não uma dívida de acordo, de acerto, que nunca vivi disso. Eu tinha uma dívida moral para pagar ao Governador e paguei na candidatura do candidato Péricles quando apoiei a pedido do Governador.

E nessas últimas eleições, deixei de lado as instruções do meu Partido que apoiou o Senador Osmar Dias, que sempre foi meu amigo, e apoiei o Governador Requião. Por quê? Porque eu tinha um compromisso moral, porque nas eleições de 98 eu, para não perder o dinheiro do PARANAURBANO como Prefeito de Ponta Grossa, quando o Jaime Lerner “colocou a faca na minha garganta” e disse: ou vai, ou racha, pensando no bem da cidade, apoiei o Governador. E deixei de apoiar o Requião, que o meu coração mandava apoiar naquela época. E agora paguei com duas eleições, a candidatura do Péricles que era meu adversário, mas que a pedido do Governador apoiei a candidatura do Requião contrariando os interesses do meu Partido.

Queria agradecer também ao Governador, as obras que estão sendo feitas em Ponta Grossa, principalmente a

obra do Hospital Regional, que qualifico na obra dos nossos filhos e dos nossos netos, o maior patrimônio da saúde que Ponta Grossa vai receber.

Então, por isso, Deputado Luizão, vou continuar apoiando o Governo. Quando achar que tem alguma coisa errada, vou cobrar. Isso o Requião pediu para fazermos aqui. Continuo gostando do Governo Requião, continuo apoiando as coisas boas.

Aquilo que achar que não está certo, vou cobrar, porque esse é um dever não partidário, mas de juramento que fizemos nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, Deputado Luizão, nas Explicações Pessoais. V. Exa. tem quinze minutos.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Deputado Jocelito Canto, tenho grande respeito por V. Exa. e considero o senhor um Deputado experiente, já foi Prefeito de Ponta Grossa, tem boa oratória, tem bons projetos. Quero aprender muito com o senhor aqui. Como o senhor mesmo disse, estou começando agora aqui na Assembléia Legislativa e reconheço que realmente a função da Assembléia é fiscalizar, legislar. Só questiono, Sr. Deputado, a grande quantidade de pedidos de informações na sequência um do outro. O que me pareceu meio estranho.

Mas, o senhor pode contar comigo quando lhe forem negadas informações do Estado. Nós somos da Base do Governo, mas nem por isso vamos aprovar tudo o que aparece aqui, porque se for para fazer o que mandam, colocamos uma criança aqui e ela faz a nossa função.

Temos disposição, temos compromisso com o Governo Requião, esperamos e acreditamos que vai fazer um grande Governo.

Agora, o senhor me desculpe, talvez até o termo chulo que usei aqui, mas tenho grande respeito por V. Exa.. De forma nenhuma queria lhe agredir, quero aprender muito aqui dentro. Só questionei a grande quantidade de requerimentos, mas somos, a princípio, favoráveis a pedidos de informações.

Agora, acredito também que o Governo e as suas Secretarias não irão negar lhe passar as informações que o senhor precisa. Certo, Deputado?

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Solene para abertura das comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 017 e 023/07; e da Indicação nº 003/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações Administrativas**MINUTA DE CONTRATO****Protocolo:** 7810/06**Data:** 04/09/06**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 010/2006**Objeto:** Fornecimento de refrigerantes para este Poder**Classificada:** Spaipa S/A Indústria Brasileira de Bebidas**Vigência:** 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007**Valor:** Fardo com 12 unidades de refrigerante a base de cola R\$ 12,90

Fardo com 12 unidades de refrigerante a base de cola light R\$ 12,90

Fardo com 12 unidades de refrigerante a base de guaraná R\$ 12,90

Fardo com 12 unidades de refrigerante a base de guaraná light R\$ 12,90

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

MINUTA DE CONTRATO**Protocolo:** 7809/06**Data:** 04/09/06**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 012/2006**Objeto:** Fornecimento de água mineral para este Poder**Classificada:** Spaipa S/A Indústria Brasileira de Bebidas**Vigência:** 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007**Valor:** Fardo com 12 unidades de água mineral com gás Vittalev R\$ 6,50

Fardo com 12 unidades de água mineral sem gás Vittalev R\$ 5,50

(a) COMISSÃO DE LICITAÇÃO

